



**Pontifícia Universidade Católica de Goiás Pró-  
Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Departamento de Psicologia  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*  
Mestrado em psicologia**



# **Contingências e Metacontingências na etnogênese dos Tapuios do Carretão(GO)**

Júlio Cezar dos Reis Almeida Filho

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Sônia Maria Mello Neves

Coorientador: Prof. Dr. Fábio Henrique Baia

Goiânia, Setembro de 2015



**Pontifícia Universidade Católica de Goiás Pró-  
Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Departamento de Psicologia  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*  
Mestrado em psicologia**



# **Contingências e Metacontingências na etnogênese dos Tapuios do Carretão(GO)**

Júlio Cezar dos Reis Almeida Filho

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Sônia Maria Mello Neves

Coorientador: Prof. Dr. Fábio Henrique Baia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Goiânia, Setembro de 2015

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)  
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

A447c Almeida Filho, Júlio Cezar dos Reis.  
Contingências e Metacontingências na etnogênese dos  
Tapuios do Carretão(GO) [manuscrito] / Júlio Cezar dos Reis  
Almeida Filho – Goiânia, 2015.  
50 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica  
de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em  
Psicologia.

“Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Mello Neves”.

“Coorientador: Prof. Dr. Fábio Henrique Baia”.

Bibliografia.

1. Práticas Culturais – Tapuios do Carretão. I. Título.

CDU 316.7(043)

## APRESENTAÇÃO

A presente dissertação realizou uma interpretação analítico-comportamental da etnogênese dos Tapuios do Carretão. Para tanto, foi utilizada a obra “*Os tapuios do carretão: etnogênes de um grupo indígena do estado de Goiás*” de Ossami de Moura (2008). Os dados foram coletados da obra utilizando a metodologia proposta por Todorov e Cols. (2004) em que se buscou investigar relações funcionais dos comportamentos descritos no livro. Foram realizadas interpretações dos eventos descritos pela autora como importantes para compreensão histórica da etnogênese da comunidade dos tapuios do carretão que se deu no Século XVIII. As interpretações foram realizadas sob a luz dos conceitos de contingências e metacontingências.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais (Almira e Júlio) e irmãos (Augusto e Filipe), por todo o investimento, apoio e incentivo que me deram para poder realizar este trabalho.

Agradeço a minha orientadora, Professora Sônia por toda sua disponibilidade, por sua paciência e por seus valiosos ensinamentos e gentileza em me ajudar nessa empreitada.

Agradeço ao Professor Fábio por sua grande generosidade, disponibilidade e paciência em me ajudar a realizar esta pesquisa que sem sua ajuda não seria possível. Professor Fábio além de ser uma pessoa que muito admiro, é uma das minhas principais referências como analista do comportamento, não somente por ser um exímio pesquisador, mas também por aplicar a teoria à prática como poucos.

Agradeço a Professora Marlene Castro Ossami de Moura, por toda sua receptividade e ajuda que me ofereceu para minha pesquisa bibliográfica acerca dos índios Tapuios.

Agradeço a Ana e Ivaldo, por sua participação ativa no grupo de estudo em que tanto aprendemos juntos sobre a Análise Comportamental da Cultura e também pela ajuda no acordo entre observadores.

Agradeço também aos meus professores da PUC-GO (Cristiano, Lorismario, Flavio, Lauro entre outros) pela maestria de sua didática em que me beneficieei bastante.

Agradeço também aos muitos colegas e amigos que estiveram comigo durante estes anos nessa jornada.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo a interpretação analítico-comportamental de relações funcionais entre os principais eventos ambientais presentes na etnogênese dos Tapuios do Carretão (GO), os quais contribuíram para políticas indigenistas. Os dados foram coletados do livro “*Os Tapuios do Carretão: Etnogênese de um grupo indígena do Estado de Goiás*” de Ossami de Moura. Esta coleta e análise utilizou o método de Todorov e Cols. (2004) em que trechos do livro foram selecionados e categorizados, em que se buscou identificar os eventos antecedentes, as respostas e consequências dos comportamentos dos indivíduos (i.e., índios, missionários, colonos) presentes na narrativa de Moura (2008). As principais práticas culturais analisadas foram: 1) o estabelecimento da política indigenista no séc. XVI, 2) os descimentos e catequese itinerante que proporcionaram a emergência de bandeiras e aldeamentos, 3) as bandeiras defensivas (séc. XVI) e bandeiras ofensivas (séc. XVII e XVIII), 4) a mudança dos aldeamentos (séc. XVI ao XVIII) para aldeamentos modelos (séc. XVIII), 5) a política indigenista do Marquês de Pombal e, 6) a resultante mudança de comportamentos dos índios aldeados. As macrocontingências e metacontingências possibilitaram a identificação de consequências individuais e culturais, e ainda, a evolução com o abandono de algumas práticas e adoção de outras novas neste processo de seleção por consequências, presentes na etnogênese dos Tapuios do Carretão.

Palavras-chave: Prática Cultural, Produto Agregado, Metacontingência, Macrocontingência Tapuios do Carretão.

## ABSTRACT

This dissertation offers an analytical and behavioural interpretation of functional relations in major environmental events found in the ethnogenesis of the Tapuios do Carretão (Goiás State, Brazil), events which result from a series of indigenist policies. Hence data was collected from Ossami de Moura's 2008 book *Os Tapuios do Carretão: etnogênese de um grupo indígena do Estado de Goiás*. Data collection and analysis employed the method proposed by Todorov et al. in 2004, following which book excerpts were selected and categorized so as to identify preceding events, as well as responses and consequences of the behaviour of individuals e.g. indians, missionaries, and settlers present in Moura's narrative. The major cultural practices under analysis were: 1) the establishment of the indigenist policy in the sixteenth century, 2) *descimento* expeditions and touring catecheses which led to the rise of *bandeira* expeditions and indigenous settlements, 3) defensive *bandeiras* (sixteenth century) and offensive *bandeiras* (seventeenth and eighteenth centuries), 4) the transformation of indigenous settlements (sixteenth to eighteenth centuries) into model settlements (eighteenth century), 5) the indigenist policy of the Marquis of Pombal, and 6) the resulting behavioural changes of settled indians. Macrocontingencies and metacontingencies enabled the identification of individual and cultural consequences, as well as of the evolution stemming from the abandonment of certain practices and the adoption of new ones in this process of selection by consequences marking the ethnogenesis of the Tapuios do Carretão.

Keywords: Cultural Practice, Aggregate Product, Metacontingency, Macrocontingency, Tapuios do Carretão.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>iii</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>v</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>vi</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>vii</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<i>Os Tapuios do Carretão.....</i>	<b>10</b>
<b>MÉTODO .....</b>	<b>15</b>
<b>Objeto de Estudo .....</b>	<b>15</b>
<b>A Autora.....</b>	<b>15</b>
<b>Procedimentos de coleta de dados .....</b>	<b>15</b>
Treino dos observadores.....	16
Leitura da Obra.....	16
Categorização dos trechos.....	17
Análise Funcional- interpretação funcionalista.....	17
<b>RESULTADOS .....</b>	<b>19</b>
<b>DISCUSSÃO .....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>
<b>GLOSSÁRIO.....</b>	<b>47</b>



## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1.</b> MUDANÇAS DE PRÁTICAS CULTURAIS APÓS O ESTABELECIMENTO DA POLÍTICA INDIGENISTA NO SÉC. XVIII. ....	20
<b>FIGURA 2.</b> EMERGÊNCIAS DE NOVAS PRÁTICAS CULTURAIS.. ....	24
<b>FIGURA 3.</b> PRÁTICAS CULTURAIS BANDEIRA DE DOIS TIPOS. . ....	26
<b>FIGURA 4.</b> REPRESENTAÇÃO DE DUAS PRÁTICAS CULTURAIS DE ALDEAMENTO.. ....	28
<b>FIGURA 5.</b> REPRESENTAÇÃO DA POLÍTICA INDIGENISTA DE MARQUÊS DE POMBAL COMPOSTO POR ALVARÁS E LEIS. ....	30
<b>FIGURA 6.</b> REPRESENTAÇÃO DA MUDANÇA COMPORTAMENTAL DOS ÍNDIOS ALDEADOS.....	35

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1. DECLÍNIO DO ALDEAMENTO CARRETÃO.....	33
--	----

A Análise Comportamental da Cultura (ACC) é um campo de investigações da Análise do Comportamento que tem a cultura como objeto de estudo (Andery, 2011). Uma cultura, segundo Pierce (1991) é constituída de contingências de reforçamento social, isto é, “todas as condições, eventos e consequências que controlam o comportamento de um indivíduo e que são arranjadas por outras pessoas” (p.26). Assim, uma cultura é composta por comportamentos sociais, práticas culturais e os produtos derivados desses fenômenos.

Skinner (1953) define comportamento social como “o comportamento de duas ou mais pessoas, uma em direção a outra ou em relação a um ambiente comum” (p.297). Sampaio e Andery (2010) apontam que o comportamento social apresenta propriedades específicas, isto é algumas características incomuns nos comportamentos não-sociais. Os autores apontam ao menos seis propriedades/características do comportamento social, dentre as quais a mediação das consequências e a ausência da relação direta entre energia da resposta e magnitude das consequências.

Dada a definição de comportamento social, uma ampla gama de fenômenos atende ao escopo de delimitação do conceito. O comportamento social envolve o que Skinner (1953) define como contingências comportamentais entrelaçadas (CCEs), cujo termo enfatiza a inter-relação entre as contingências tríplices de pelo menos dois indivíduos, sendo as consequências individuais mediadas por respostas de outros organismos, que exercem a dupla função de antecedente e consequente. A variação de fenômenos se dá pelos elementos constituintes das CCEs (Andery, Micheletto, & Sérgio, 2005). Em um entrelaçamento o comportamento de apenas um dos organismos pode estar sob o controle de parte das contingências comportamentais de outrem. Em um possível ensaio de concerto, um violonista pode ter seu comportamento de tocar o

instrumento sob controle da partitura e pelos sons de sua voz. Já a cantora poderia ter seu comportamento controlado pelos sons do violão e dos aplausos da audiência. Note que neste exemplo, apenas o comportamento da cantora tem suas consequências mediadas, uma vez que, depende do comportamento do violonista e da audiência. Porém o comportamento de tocar violão do violonista não depende do comportamento da cantora.

Outra possibilidade envolve situações nas quais ambos os comportamentos envolvidos são sociais, porém a consequência é individual para cada comportamento envolvido. Em um restaurante o cliente solicita ao garçom uma refeição. O garçom serve a refeição e recebe do cliente um agradecimento. Nesse caso, o comportamento do cliente tem como consequência a refeição mediada pelo garçom. Já o comportamento do garçom de servir é reforçado pelo agradecimento do cliente, o que também é um reforçador mediado socialmente além de contingências estabelecidas no ambiente de trabalho entre membros da equipe e seu contrato salarial. Nesse caso, ambos os comportamentos envolvidos no entrelaçamento produzem uma consequência mediada e individual.

Contingências comportamentais entrelaçadas podem envolver ainda situações nas quais a coordenação de respostas produza uma consequência comum ao responder de todos os comportamentos envolvidos. Por exemplo, quando dois autores escrevem um artigo, é possível classificar esse comportamento como social. Isto porquê, o autor A escreve em função das colocações do autor B e vice-versa. O entrelaçamento das contingências comportamentais do comportamento de escrever dos autores gera um efeito comum ao ambiente. Este efeito (manuscrito submetido) é uma consequência que irá retroagir aumentando a probabilidade futura de emissão dessas respostas de escrever por parte dos autores além do arranjo de parceria e trocas estabelecidas. Este manuscrito

em específico, elaborado em conjunto e submetido é uma consequência que não seria possível se não houvesse o entrelaçamento. Assim, este comportamento social produz uma consequência que pode ser classificada como produto agregado. O produto agregado (P.A) é o resultado da coordenação de respostas de vários indivíduos e somente é possível em função das CCEs (Vichi & Tourinho, 2011). Isto é, o produto agregado não pode ser gerado como: (1) um efeito cumulativo de respostas de um único organismo e (2) como produto do comportamento de diversos indivíduos sem que haja CCEs.

Andery et al. (2005) relacionam o comportamento verbal as contingências entrelaçadas, pois estas servem como “contingências de suporte”, imprescindíveis para as formas mais complexas de entrelaçamentos. Skinner (1981) apontou que o comportamento verbal foi crucial para a evolução cultural, proporcionando o surgimento de ambientes sociais mais complexos. Skinner apontou que quando a musculatura vocal humana ficou sob controle operante, tornou os humanos seres ainda mais sociais, na medida em que se tornaram mediados por outras pessoas significativa parte dos reforçadores. Skinner (1981) também ressaltou que grande parte dos comportamentos humanos são aprendidos em uma comunidade verbal. Assim, um indivíduo inserido em uma determinada cultura, poderia ali aprender repertórios comportamentais mais complexos e sofisticados que são produtos de uma longa história.

Além do comportamento social, outro fenômeno investigado pela ACC são as práticas culturais. Práticas culturais envolvem os comportamentos operantes socialmente aprendidos recorrentes entre diferentes gerações de indivíduos (Glenn, 2003). Práticas culturais possuem diferentes complexidades e portanto, diferentes

unidades de análises são necessárias para compreender os fatores que determinam sua recorrência.

Práticas culturais podem envolver situações descritas no conceito de macrocontingência. Uma macrocontingência descreve situações nas quais o comportamento de vários indivíduos produzem um efeito cumulativo (uma mudança ambiental) no ambiente. Em uma macrocontingência duas características são importantes: (1) os comportamentos envolvidos não estão entrelaçados e (2) o efeito cumulativo não retroage sobre os comportamentos (Malott & Glenn, 2004). Um exemplo de macrocontingência envolve o comportamento de dirigir automóveis. Cada um dos motoristas tem seu comportamento controlado por consequências individuais. A poluição do ar é efeito cumulativo do comportamento de vários motoristas. Esse efeito não participa da seleção do comportamento de dirigir. A importância do conceito de macrocontingência reside no fato de que o efeito cumulativo pode ser a ocasião para uma mudança cultural como apontado por Malott e Glenn. Assim, políticas públicas como rodízio de carros podem ser implantadas em função da poluição.

No caso de macrocontingências e comportamentos sociais, a unidade mínima de análise para compreender é a contingência tríplice. A contingência tríplice é uma ferramenta conceitual que descreve a inter-relação entre: (1) eventos ambientais antecedentes; (2) respostas e (3) eventos ambientais consequentes (Todorov, 1985). A utilização do conceito da tríplice contingência para compreender comportamento social, implica em utilizar a ferramenta para todos os comportamentos envolvidos no entrelaçamento (Andery et al., 2005).

A aplicação da contingência tríplice para compreender práticas culturais parece ser adequada em casos em que as práticas culturais envolvam a produção agregada ou a

transmissão de comportamentos entre diferentes indivíduos. No caso da produção agregada é o produto agregado que retroage mantendo o comportamento dos organismos envolvidos, como no exemplo escrever artigos científicos citados acima. A transmissão social de comportamentos também é importante para compreender práticas culturais. Pois a transmissão de comportamentos é fundamental para que ocorra a seleção cultural (Caldas, 2013).

A transmissão social de comportamentos é compreendida por contingência tríplice uma vez que um organismo pode atuar como estímulo antecedente (como modelo ou fornecendo instrução) ou como consequência (um elogio) para o comportamento do aprendiz. Novamente, é necessário proceder à análise do comportamento do instrutor/modelo quanto do aprendiz. Um aprendiz pode aprender a tocar guitarras com seu professor. Nesse caso, o professor arranjará diversas contingências para aprendizagem do comportamento de tocar de seu aprendiz. O professor poderá servir como modelo ou fornecer instruções para a emissão de respostas do aprendiz. O professor pode ainda programar reforçamento diferencial para as respostas de tocar de seu aluno. Ao final do processo, o aluno terá seu comportamento sob controle de diferentes eventos ambientais como a partitura musical ou os sons produzidos por seu comportamento. Mesmo quando tocar a guitarra sozinho o comportamento será social, já que a aprendizagem foi resultado de uma história social (Guerin, 2001).

Conforme apontado por Skinner (1981), a seleção de práticas culturais na evolução da cultura ocorre por meio da consequência na forma de efeito sobre a produção do grupo e não como consequência para os comportamentos individuais de seus membros. Portanto, a unidade básica de análise, a tríplice contingência pode ser insuficiente em análises da seleção por consequências no nível cultural.

A metacontingência é um conceito que descreve a relação entre culturantes (CCEs e seus produtos agregados) que caso atendam um critério ambiental produzirão liberação de consequências culturais (Vichi, Glenn, & Andery, 2009). Neste sentido, metacontingência é um procedimento no qual se programa relações condicionais entre culturantes e consequências culturais (Todorov, 2012). Como efeito das consequências culturais é possível que ocorra o aumento das frequências dos culturantes que produzem as consequências culturais em detrimento de culturantes que não produzam tais consequências. Um exemplo seria a prática cultural da pesca realizada em uma comunidade (Glenn, 2008), no qual ocorre entrelaçamento de contingências comportamentais que são selecionadas pelas suas consequências culturais. Segundo Glenn (2008), uma comunidade de pescadores cuja piscicultura utiliza apenas o trabalho braçal, um grupo de pescadores em que um capitão pilota a embarcação até uma zona de pesca, se torna ocasião para os demais pescadores lançarem suas redes. Os peixes nas redes antecedem a retirada das redes, que se torna ocasião para a limpeza dos peixes e assim por diante. O entrelaçamento de contingências comportamentais do grupo de pescadores gera um produto agregado, um pescado cujo número de peixes não poderia ser obtido por uma única classe de comportamentos operantes de um destes indivíduos. Os peixes vendidos resultam na consequência cultural (dinheiro) que aumentam a probabilidade das CCEs voltarem a ocorrer.

Entre as pesquisas desenvolvidas nesta área, estudos experimentais manipulam variáveis afim de observar o efeito dessa manipulação no processo de seleção de culturantes (e.g., Baia, Azevedo, Segantini, & Macedo, 2015; Carolina, Franceschini, Samelo, & Xavier, 2012; Cavalcanti, Leite, & Tourinho, 2014; Costa, Pontes, & Nogueira, 2012; Saconatto & Andery, 2013; Sampaio et al., 2013; Soares, Cabral, Leite, & Tourinho, 2012). E ainda, estudos não experimentais, os quais contam com descrição



de fenômenos, utilizando os conceitos de contingência e metacontingência e alguns destes serão descritos adiante (e.g., Bortoloti & D'Agostino, 2007; Lé Sénéchel-Machado & Torodov, 2008; Martins, 2009).

Todorov, Moreira, Prudêncio e Pereira (2004) investigaram as relações condicionais presentes no estatuto da criança e do adolescente (ECA). Para tanto os autores interpretaram o texto do estatuto como regras que descreviam contingências e metacontingências. Foram analisados 267 artigos que compõem o ECA. Os artigos foram agrupados em categorias como estímulos antecedentes; respostas e consequências. Quando detectado um artigo que se enquadrava como antecedente, os autores buscavam artigos que poderiam ser classificados como comportamentos e consequências relacionados ao artigo. Após essa análise, os autores investigaram se as regras eram completas (i.e., continham todos os três termos da contingência são descritos) ou incompletas (i.e., com a ausência de algum dos três termos da contingência). Também foi avaliado a temática dos artigos como prevenção a saúde, medidas socioeducativas, conselho tutelar, entre outras.

Os resultados encontrados por Todorov et al. (2004) indicam que os temas saúde e proteção e saúde possuem maiores escores de contingências completas. Já os temas juiz, medidas protetivas estavam entre os menores escores. De modo geral 52% dos artigos eram regras incompletas. Os autores discutem que o alto índice de regras incompletas dificulta o atendimento ao objetivo de garantir os direitos da criança e do adolescente. Assim, os agentes envolvidos não têm clareza das consequências dos comportamentos de cada um dos envolvidos, além de permitir várias interpretações da lei.

Martins (2009) replicou sistematicamente o método proposto por Todorov et al. (2004) com análise funcional das contingências e metacontingências envolvidas nas Leis Orgânicas (LOS) que regulamentam o Sistema Único de Saúde (SUS). Na primeira fase do estudo foi realizada a categorização dos artigos das LOS para identificar os termos da contingência tríplice (antecedentes, comportamentos e consequências). Uma vez classificado o artigo como um antecedente, buscou-se em outros artigos os demais termos da contingência tríplice (i.e., comportamentos e consequências). A segunda fase envolveu analisar se os artigos que compõem a LOS descreviam regras completas ou incompletas. Apenas 29,2% das contingências eram completas e todas se referiam ao controle das verbas estatais destinadas a saúde pública.

Lé Sénéchel-Machado e Torodov (2008) tiveram como objetivo identificar e analisar as contingências comportamentais entrelaçadas de agentes sociais e instituições, nos anos de 1996 e 1997, que resultaram na adesão à prática cultural da travessia na faixa de pedestre pelos brasilienses. Os autores utilizaram os conceitos de macrocontingência e metacontingência, enfatizando a utilidade dessas análises. Inicialmente, a descrição da história da prática cultural dos brasilienses foi feita a partir de fontes de dados da mídia escrita (i.e., Jornal Correio Braziliense e Jornal de Brasília), documentos do Fórum Permanente pela Paz no Trânsito (UnB); dados estatísticos do Detran, e de entrevistas com pessoas envolvidas na Campanha pela Paz no Trânsito. À ordem cronológica dos principais acontecimentos referentes à Campanha de Paz no Trânsito entre 1996 e 1997 foi relacionada com os dados estatísticos obtidos pelo Detran-DF.

A adesão por parte dos brasilienses à faixa de pedestre, entre 1996 e 1997 foi acompanhada por uma queda de 31,9% do número de atropelamentos fatais nas vias urbanas. O pedestre se tornou um estímulo discriminativo para o comportamento do

motorista de parar o carro antes da faixa. Como consequência produzia reforçadores sociais disponibilizados por outros motoristas e pedestres, e também o reforço negativo, ao evitar multas (Lé Sénéchel-Machado & Torodov, 2008)

Bortoloti e D'Agostino (2007) analisaram as ações do controle de natalidade animal em um município de São Paulo utilizando o conceito de metacontingência. Os autores investigaram as CCEs dos quatro principais agentes (i.e., proprietários de cães e gatos, veterinários, poder Público Municipal e entidades de proteção animal) diretamente envolvidos na prática de esterilização em massa de animais domésticos. O produto agregado, a superpopulação de animais nas ruas resultava em uma série de problemas sociais (i.e., acidentes, poluição) e eram mantidos por CCEs de diferentes agentes sociais. Somente com a esterilização em massa de animais, que envolveram novas CCEs de diferentes agentes sociais (i.e., donos, veterinários), houve novas consequências culturais como a significativa proteção animal. As CCEs de esterilizar em massa os animais obtinham três produtos agregados, sendo um destes o aumento significativo no número de cirurgias de esterilização de animais domésticos. O segundo produto agregado observado foi a diminuição do número de filhotes abandonados e o terceiro o aumento da expectativa de vida dos animais castrados. Os produtos retroagiram sobre os organismos envolvidos, como maior visibilidade e crescimento para as entidades, para o poder público, menos animais nas ruas e menos acidentes e poluição (i.e., barulhos, dejetos) causados por estes. Para veterinários, estes realizarão maiores números de cirurgias obtendo mais dinheiro e clientes e para os proprietários, comportamentos mais adequados à interação com seus donos. Os autores concluem que é possível a programação de contingências comportamentais entrelaçadas que beneficiem toda uma comunidade.

Oliveira e Freire (2006) enfatizam sobre a presença e atuação dos povos indígenas que foi indispensável na formação do Brasil em sua formação territorial e política. Os autores afirmam que os mais variados costumes e práticas presentes na sociedade brasileira não podem ser plenamente compreendidas se não levar em consideração o estudo das populações indígenas no passado e na atualidade. Conforme apontado por Ossami de Moura (2008) o processo de colonização iniciado pelos portugueses foi caracterizado por sucessivas formas de exploração que vieram sempre a ser reformulados, mas que mantinham o caráter de dominação das populações indígenas. A Colonização proporcionou também a emergência de novas etnias que emergiram a partir de políticas desenvolvidas com as sociedades indígenas.

#### *Os Tapuios do Carretão*

De acordo com Ossami de Moura (2006, 2008a, 2008b, 2012) os Tapuios do Carretão são um dos três remanescentes grupos indígenas do Estado de Goiás e habitam a Área Indígena Carretão localizada entre a Serra Dourada e o rio São Patrício (ou Carretão) no estado de Goiás. A reserva indígena é constituída por duas glebas não contínuas sendo que a Gleba 1, é formada por duas glebas, situada no município de Nova América e no município de Rubiataba, que totalizam 1.666 hectares. A Gleba 2 é situada no município de Nova América e totaliza 77 hectares. No total a reserva indígena totaliza 1.743 hectares.

Sobre a origem do nome “Tapuio”, esta denominação é historicamente um termo genérico e com sentidos diversos. Freire e Oliveira (2006) apontam que Tupis e Tapuios eram uma divisão genérica feita pelos portugueses aos seus aliados e inimigos, em que os “Tupis” eram os trabalhadores pacíficos que adotaram os costumes do colonizador como usar roupas e se converter ao cristianismo, enquanto os “Tapuios” eram os

selvagens antropófagos. No século XVII, o projeto colonial português implicava em um combate aos índios Tapuios que era necessário para a proteção das vilas e engenhos, e contavam com participação de índios aliados que foram também em determinado momento considerados “Tapuios” (como os Tarairiú, Janduí, Ariú, Icó, Payayá, Paiacu). Os autores mostram que pela dificuldade dos portugueses em subjugar alguns grupos indígenas os levava a denominá-los genericamente como “Tapuios”, e esse termo genérico ocultava a complexidade e diversidade dos processos socioculturais e reelaborações nessas culturas. Esta denominação perdurou até o século XIX, com os primeiros estudos antropológicos com os índios brasileiros que representavam essa bipolaridade Tupi-Tapuia em decorrência da política indigenista do Brasil Império (Monteiro, 2001).

De acordo com Ossami de Moura (2008), etnogênese é o processo de construção histórica em que emerge uma etnia a partir de cruzamentos interétnicos, que originam novas categorias sociais e que se redefinem constantemente. Ossami de Moura (2006, 2008a, 2008b, 2012) aponta que a etnogênese dos Tapuios do Carretão se deu a partir de 1788, com a construção do aldeamento em que foram agregados diferentes nações indígenas, além de negros e brancos.

Ossami de Moura (2008) compreende a política indigenista de aldeamento como o período histórico da etnogênese dos Tapuios, que se daria pela miscigenação através de casamentos interétnicos (entre os indivíduos de diferentes origens) que permaneceram no aldeamento. Cerqueira (2011) aponta que os Tapuios tiveram sua identidade questionada pela Funai, que para poder reconhecê-los como uma etnia, buscou investigar a história da comunidade através da história oral e registros oficiais. A demarcação de terras indígenas é regulamentada pelo Decreto nº 1.775 de 08 de

Janeiro de 1996, que é um procedimento auxiliado pelo Laudo Pericial Antropológico, que busca mapear as tradições culturais indígenas em seus territórios. Em 1980, a antropóloga Rita Heloísa de Almeida Lazarin fez o laudo Antropológico que foi decisivo para o reconhecimento dos Tapuios como historicamente vinculados ao aldeamento Carretão construído em 1788. A antropóloga também denunciou como as apropriações das terras tapuias ocorreram desde a primeira demarcação em 1948 pelo extinto órgão indigenista Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi realizada pelos invasores com o respaldo legal e a urgência em retirar os invasores como demanda principal da comunidade.

Ossami de Moura (2008) aponta que os conflitos fundiários resultantes das invasões no território indígena mobilizou a comunidade tapuia, os unindo pela terra o que viria a proporcionar coesão grupal e sentimento de pertencimento étnico. Todas as famílias tapuias possuem uma extensão de terra para o plantio, destinado à subsistência familiar e que com a ocupação dos invasores foi reduzido ou expropriado. O grupo ativamente acionou instituições como a FUNAI, cartórios, delegacias de polícia, o que conferiu ao grupo visibilidade na sociedade regional e nacional. No esforço para retirar os invasores, os Tapuios buscaram meios de legitimar seus direitos diante da própria FUNAI que para respaldá-los e considerá-los índios precisaram reconstruir por meio da história oral a identidade e os mitos de criação da comunidade tapuia. A comunidade passou a adotar o nome Tapuio que outrora era uma denominação regional pejorativa, a qual passou a se referir a uma identidade étnica em que seus membros compartilham de um sistema comum de crenças e ancestralidade.

O objetivo geral desta dissertação foi reconstruir sob a perspectiva da Análise do Comportamento a etnogênese dos Tapuios do Carretão. Para tanto, foi utilizada a obra *“Os tapuios do carretão: etnogênes de um grupo indígena do estado de Goiás”* de

Ossami de Moura (2008). Foram realizadas interpretações dos eventos descritos pela autora como importantes para compreensão histórica da etnogênese da comunidade dos Tapuios do Carretão. Os destaques das descrições foram seguidos por interpretações a partir dos conceitos de contingências e metacontingências.

Essa interpretação analítico-comportamental busca compreensão de relações funcionais entre eventos ambientais presentes na história dos Tapuios, cuja fonte de dados é o livro (Ossami de Moura, 2008). Esta obra é uma extensa pesquisa realizada pela antropóloga Marlene Castro Ossami de Moura que contém dados coletados em campo e bibliográficos que foram obtidos entre 1987 e 1998. A etnogênese dos Tapuios do Carretão é resultado de uma política de aldeamentos e a autora reconstrói a história dessa comunidade indígena, a qual não está desassociada de políticas indigenistas sempre presentes na história do Brasil. Portanto, o livro abrange um extenso período histórico, iniciando com a colonização, o início das políticas indigenistas até o século XX.

Entre os objetivos específicos se dividiu entre dois grupos. Inicialmente, com uma análise conforme o modelo utilizado por Todorov et al. (2004), por meio de categorização das contingências (Eventos antecedentes – Respostas – Consequências). Assim, serão desenvolvidas relações funcionais dos comportamentos emitidos por organismos presentes na narrativa de Ossami de Moura (2008).

Posteriormente, caso haja necessidade de unidades de análise mais complexas, envolvendo fenômenos como práticas culturais, efeitos cumulativos e produtos agregados, os conceitos de macrocontingência e metacontingência serão descritos a partir dos fenômenos comportamentais presentes na obra. A realização dessa pesquisa pode auxiliar analistas do comportamento interessados em Análise Comportamental da Cultura, na interação dialogar com antropólogos e representantes de outras áreas de conhecimento das ciências sociais. A interpretação analítico-comportamental de fenômenos culturais pode contribuir para uma compreensão ampla de variáveis e processos envolvidos na evolução cultural.



## MÉTODO

### Objeto de Estudo

A pesquisa é documental e utilizou o Capítulo 1 de Ossami de Moura (2008) sobre a etnogênese dos Tapuios do Carretão. A escolha deste capítulo ocorreu pois nesta parte da obra a autora reconstrói historicamente, por meio de dados bibliográficos, as políticas indigenistas que ocorreram no início da colonização do Brasil. O foco da autora neste capítulo são as políticas de aldeamento em Goiás, a partir das quais muitas nações indígenas foram aldeadas em diferentes épocas e contextos. A autora mostra como emergiram os Tapuios, tendo como base essa política indigenista.

### A Autora

Marlene Castro Ossami de Moura tem formação e experiência como antropóloga, sobretudo na área de etnologia indígena. Ossami de Moura é atualmente professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, uma referência em sua área de atuação, com diversas publicações de estudos indígenas e com os Tapuios do Carretão. A autora obteve graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília em 1979, com habilitação em Antropologia e Sociologia; graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás em 1982; mestrado em antropologia pela Universidade de Ciências Humanas de Strasbourg em 1994, e doutorado em antropologia pela Université Marc Bloch de Strasbourg em 2000.

### Procedimentos de coleta de dados

Para realização deste trabalho foram seguidas as seguintes etapas:

### Treino dos observadores

Três pesquisadores – o primeiro autor deste trabalho e dois alunos de graduação nos últimos períodos do curso de Psicologia, com experiência prévia em pesquisa, foram treinados a selecionarem trechos da obra. Foram realizados encontros nos quais foram apresentados os objetivos do estudo e definidos os critérios de seleção dos trechos do livro: (1) informações que auxiliassem a compreender a etnogênese dos Tapuios do Carretão e (2) informação que permitissem compreender relações condicionais entre eventos ambientais e respostas de organismos envolvidos.

A verificação da efetividade do treino ocorreu por meio da leitura do capítulo de introdução da obra. Cada pesquisador leu e separou trechos que julgava atender aos critérios estabelecidos. Um novo encontro foi marcado e procedeu-se a comparação do acordo entre observadores dos trechos selecionados. Índices de concordância mostraram que o acordo entre observadores dos trechos coletados pelos três pesquisadores (número de acordos dividido pela somatória do número de acordos mais o número de desacordos e multiplicado o quociente por 100). Obteve-se o Índice de concordância de 63,4% entre os observadores.

### Leitura da Obra

A leitura da obra se dividiu em duas etapas: leitura inicial e seleção de trechos. Os três pesquisadores leram de modo independente todo o livro. A primeira leitura foi realizada sem nenhuma seleção de trechos. O objetivo da primeira leitura foi ter contato inicial com o material a ser analisado. Após a primeira leitura iniciou-se a seleção de trechos. Cada pesquisador utilizou uma tabela no programa MS Excel na qual transcrevia: (1) Capítulo do Livro, (2) páginas, (3) trecho selecionado. A utilização dessa tabela teve como objetivo permitir a verificação da confiabilidade dos dados por

meio do cálculo de acordo entre observadores. Foram selecionados 73 trechos do Capítulo 1.

#### Categorização dos trechos

Os 73 trechos selecionados foram categorizados. Novamente os três pesquisadores categorizaram cada trecho selecionado em uma segunda tabela do MS Excel, na qual os pesquisadores preenchiam os campos: (1) trecho do livro, (2) o agente emissor do comportamento; (3) eventos ambientais antecedentes definidos como eventos ambientais que antecederam respostas de organismos e sinalizavam a relação condicional entre respostas e eventos consequentes, (4) respostas, alterações de organismos relacionadas a eventos ambientais antecedentes e consequentes e (5) consequências – eventos ambientais que ocorriam em função das respostas emitidas. Esse procedimento buscou identificar as relações de dependência entre eventos, na qual os comportamentos humanos e suas consequências ambientais produziram a história de etnogênese dos Tapuios do Carretão.

#### Análise Funcional- interpretação funcionalista

A reconstrução histórica sob o enfoque analítico-comportamental envolveu a interpretação dos trechos selecionados e as relações condicionais entre eventos ambientais e respostas dos organismos envolvidos. A partir dos dados coletados, foram construídas figuras contendo diagramas que descrevem importantes fenômenos comportamentais presentes no Capítulo 1 da obra. A realização das interpretações foi feita por meio dos conceitos de contingência tríplice; macrocontingência e metacontingência.

A descrição das contingências tríplices foi conduzida pelos três pesquisadores ao categorizarem os trechos selecionados. E as descrições de

macrocontingências e metacontingências foram utilizadas por um dos três pesquisadores. Para analisar macrocontingências o pesquisador verificou se haveria diferentes contingências tríplexes que não estavam entrelaçadas, mas que geravam um efeito comum no ambiente, sem que este evento, contudo retroagisse sobre os comportamentos analisados. Quanto à metacontingência, o pesquisador observou os trechos selecionados e investigou se havia relação entre diferentes contingências tríplexes e se estas produziam um efeito ambiental que não poderia ser produzido fora dessa relação além de consequências que retroagiram sobre esses culturantes (CCEs e PA).

As análises de macrocontingências e metacontingências foram apresentadas a dois outros pesquisadores, ambos doutores com experiência em pesquisa com enfoque analítico-comportamental, os quais revisaram as análises. O objetivo desse procedimento foi aumentar a fidedignidade das interpretações.

## RESULTADOS

Os eventos descritos a seguir ocorreram entre os séc. XVI ao XIX. Nestes quatro séculos de história ocorreram os principais eventos que participaram da etnogênese dos Tapuios do Carretão. Os eventos descritos a seguir não são apresentados em ordem cronológica, dado que, muitas práticas culturais ocorreram de modo concomitante. Por exemplo, os descimentos (Figura 2, PC3), era uma prática cultural em que missionários buscavam deslocar grupos indígenas para locais determinados pela administração portuguesa, se inicia em 1549 e continuaram a ocorrer até 1757. Assim, os descimentos ocorrem antes mesmo dos aldeamentos, que era a prática de agrupar índios em um território determinado pela Coroa ou autoridades da sociedade colonial para viabilizar sua conversão e sedentarização sendo dirigidos por missionários ou autoridades leigas. Os descimentos, portanto, continuaram a ocorrer concomitante aos aldeamentos. Inclusive, fornecendo novos índios para os aldeamentos como será descrito na Figura 4. Para apresentar os resultados optou-se por descrever os eventos de modo que fosse possível observar as mudanças nas práticas culturais. Assim, as figuras foram construídas de modo a facilitar a compreensão das relações comportamentais que propiciaram a origem dos Tapuios do Carretão como uma comunidade indígena.

A Figura 1 representa a mudança de práticas culturais (PC2a, PC2b) que ocorreram após o estabelecimento da política indigenista no séc. XVI. Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549. O cenário encontrado pelos missionários era de conflito entre colonos e indígenas. A Prática cultural (PC1a) representa o comportamento recorrente de colonos que escravizavam índios durante o governo de Martim Afonso de Souza. Em função da resposta de escravizar dos colonos, os índios contra-atacavam povoados e fazendas (PC1b). Como efeito cumulativo das PC1a e PC1b ocorreu a

dificuldade de expansão da sociedade colonial. Os conflitos entre colonos e índios impediam que a coroa dispusesse de recursos e homens para expandir os territórios colonizados para o interior do Brasil. Além disso, dificultava a conversão dos índios a religião católica.

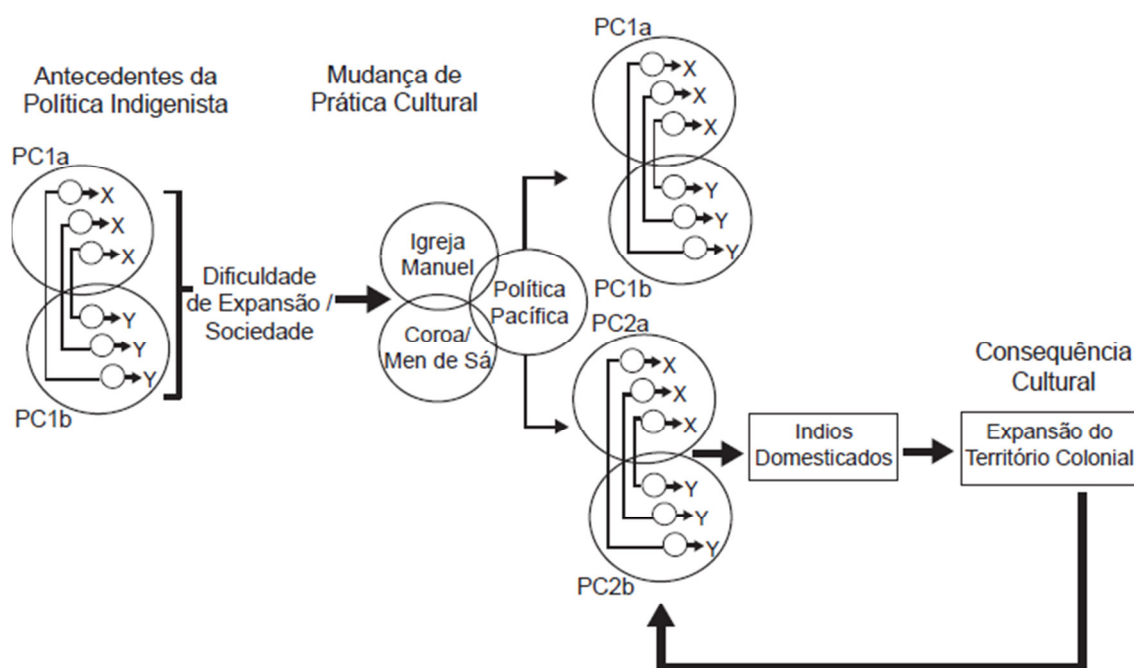


Figura 1. Mudanças de práticas culturais após o estabelecimento da política indigenista no séc. XVI. PC1a – Prática Cultural escravizar índios. PC1b – Prática Cultural índios ataquem colonos e povoados. PC2a – Prática Cultural escravizar negros. PC2b – Prática Cultural aldear índios.

O conflito (entre colonos e índios) funcionou como ocasião para que membros da Igreja Católica reclamassem da situação no Brasil, uma vez que os índios evitavam o contato com os missionários e a conversão, pois o homem branco sinalizava o perigo de escravização. O denominado “Padroado Régio” foi um acordo feito pelo rei e o papa em que o financiamento da Coroa para a implementação da Igreja permitia ao rei nomear pessoas para os cargos eclesiásticos por meio do Conselho Ultramarino e na Mesa da Consciência e das Ordens. Em longo prazo, este acordo iria a provocar conflitos, pois o

rei interferia nas atividades da Igreja. O acordo também antecedeu práticas para a conversão de índios, cuja mão-de-obra foi disputada pelos missionários, que inicialmente tinham controle sobre os convertidos, e entre os colonos e agentes da Coroa (i.e., autoridades, militares). Os conflitos em decorrência deste acordo perdurariam por três séculos (até a Proclamação da República) em que os missionários chegaram a ser expulsos do Brasil. Esse acordo iria ser precedente de políticas indigenistas de contato pacífico, que culminou no estabelecimento de novas práticas culturais. A escravização de negros (PC2a) forneceu mão de obra para os colonos. Alguns índios aceitavam ser aldeados (PC2b), isto é, permanecer em um território (que não o seu habitat natural) determinado pela coroa, emitindo comportamentos típicos dos europeus, como se tornarem agricultores sedentários, converter ao catolicismo. A escravização de grande número de índios ocorria em situações de guerras justas, isto é, quando os índios se negavam a abandonar suas práticas culturais repudiadas pela Igreja como andar nu, poligamia e rituais pagãos. Além de não replicarem seus repertórios comportamentais as práticas culturais europeias, como por exemplo, seguir os preceitos religiosos da Igreja Católica.

As práticas culturais PC2a, PC2b geraram o produto agregado: índios domesticados. Alguns índios aderiram à conversão a religião católica e abandonaram antigas práticas culturais como andar nu, tatuagens, antropofagia, além do ataque a povoados e fazendas. Uma vez convertidos, esses índios tornavam-se vulneráveis aos colonos como apontado Ossami de Moura (2008)

Os índios, a partir do momento em que eram submetidos aos valores da cultura europeia, como disciplina, obediência passiva e “amor ao trabalho”, ou seja, uma vez “ domesticados”, eram presas fáceis nas mãos dos colonos que os forçavam à escravidão. (p.61)

Dado esse produto agregado, a consequência cultural foi à expansão do território colonial. Essa consequência parece ter retroagido sobre as contingências comportamentais entrelaçadas das PC2a e PC2b e o produto agregado índios domesticados, já que essas práticas culturais continuaram a ocorrer ao longo do séc. XVI e XVII.

As novas práticas culturais PC2a, PC2b não implicaram na extinção das antigas práticas culturais de escravização (PC1a) e ataques a fazendas e povoados (PC1b). Essas práticas continuaram a ocorrer, porém em menor frequência se comparado ao período anterior à política indigenista de Mem de Sá.

A Figura 2 representa duas práticas culturais cujos efeitos ambientais proporcionaram a emergência de novas práticas culturais, ainda no séc. XVI. A Prática cultural 3 (PC3) ilustra o comportamento dos missionários jesuítas que realizavam os Descimentos, isto é, iam aos povoados indígenas e esforçavam-se para trazer novos índios mediante persuasão para os aldeamentos. Como produto agregado dos Descimentos, obtinha-se poucos índios em quantidade insuficiente dada à demanda dos colonos. Esse efeito ambiental serviu como ocasião para mudança de práticas culturais. A PC5 representa a prática cultural das bandeiras, constituídas majoritariamente por colonos com objetivos de capturar índios sem mediação dos jesuítas. A emergência dessa nova prática PC5 não extinguiu a prática dos Descimentos (PC3) conduzida exclusivamente por missionários até o séc. XVIII. A extinção da PC3 ocorreu somente no séc. XVIII, quando os missionários passaram a adotar exclusivamente a PC6 de Aldeamento.



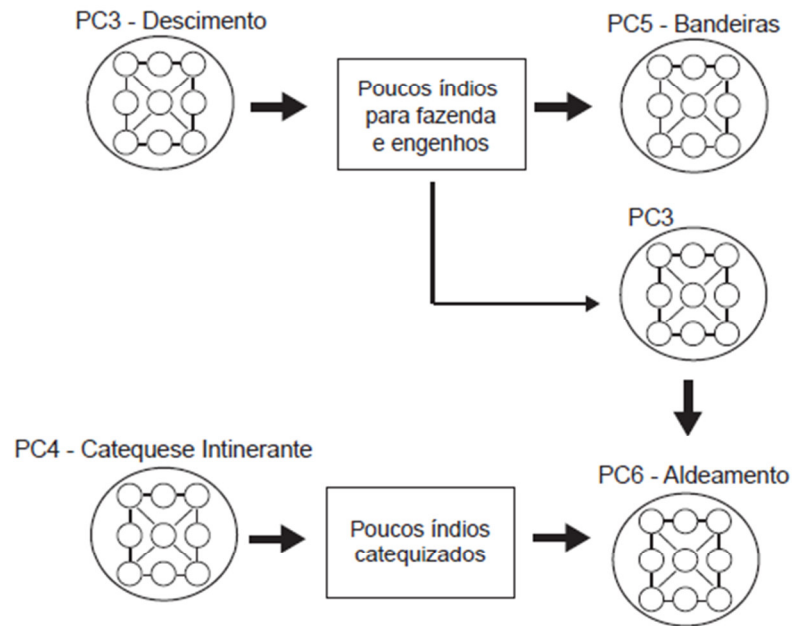


Figura 2. Emergências de novas práticas culturais. PC3 – Prática Cultural de Descimentos. PC4 – Prática Cultural catequese Itinerante. Os efeitos ambientais das PC3 e PC4 propiciaram, respectivamente, a emergência de PC5 – Prática Cultural Bandeiras e fortalecimento da PC6 – Prática Cultural Aldeamentos.

A Prática Cultural 4 (PC4), Catequese Itinerante (Século XVI), era uma das primeiras tentativas dos missionários em converter os índios. Essa prática cultural resultou em poucos índios convertidos, uma vez que os comportamentos ensinados só eram reforçados mediante os missionários uma vez que as culturas indígenas eram seminômades e com frequência deslocavam-se pelo seu território. Assim, a PC4 teve como produto agregado poucos índios convertidos. Dado este efeito ambiental, surgiu uma nova prática (PC6), que seriam os primeiros aldeamentos (Século XVI). A prática de agrupar os indígenas em PC6 aumentou o controle dos missionários sobre as variáveis que controlavam os comportamentos dos índios como será explicado na Figura 4.

A Figura 3 representa duas práticas culturais que ocorreram em distintos períodos históricos, a Prática Cultural 7 (PC7), designada como as bandeiras defensivas (Século XVI), e a Prática cultural 8 (PC8), bandeiras ofensivas (Século XVII e XVIII).

As PC7, bandeiras defensivas, tinham como produto agregado dessa prática o afastamento dos índios hostis dos focos populacionais. Dado o PA, a PC7 teve como consequência cultural a redução do número de ataques indígenas às populações nas colônias. Tal consequência cultural parece ter selecionado a PC7 e seu PA, já que se manteve por quase 50 anos.

As bandeiras ofensivas (PC8) do séc. XVII e séc. XVIII eram numerosas e militarizadas, especializadas em combater os índios hostis. As bandeiras ofensivas surgiram da demanda por mão de obra indígena e a descoberta de ouro pelos sertões do interior brasileiro. As bandeiras ofensivas desenvolveram-se dos descimentos. Um dos principais fatores que propiciou a mudança cultural dos descimentos para bandeiras ofensivas foi uma lei de 1611 que tirou dos jesuítas a condução da prática dos descimentos, como pode ser observado na seguinte passagem

“A exclusividade dos missionários na condução dos descimentos foi mantida até 1611, ano em que uma nova lei lhes cassou esse direito (...).”

“Os descimentos passaram a ter um caráter de verdadeira caça ao índio, inspirando o que seria mais tarde as poderosas bandeiras paulistas, organizadas calculadamente com o propósito de caçar índios”. (Ossami de Moura, 2008, p.63).

As bandeiras ofensivas tiveram como produto agregado novos territórios ocupados. Esse PA teve como consequência a descoberta de novas minas de ouro e mais mão-de-obra indígena para as colônias. Como consequência cultural, obteve-se: (1) assimilação ou extermínio das populações indígenas hostis, e (2) a preservação e expansão da sociedade colonial.

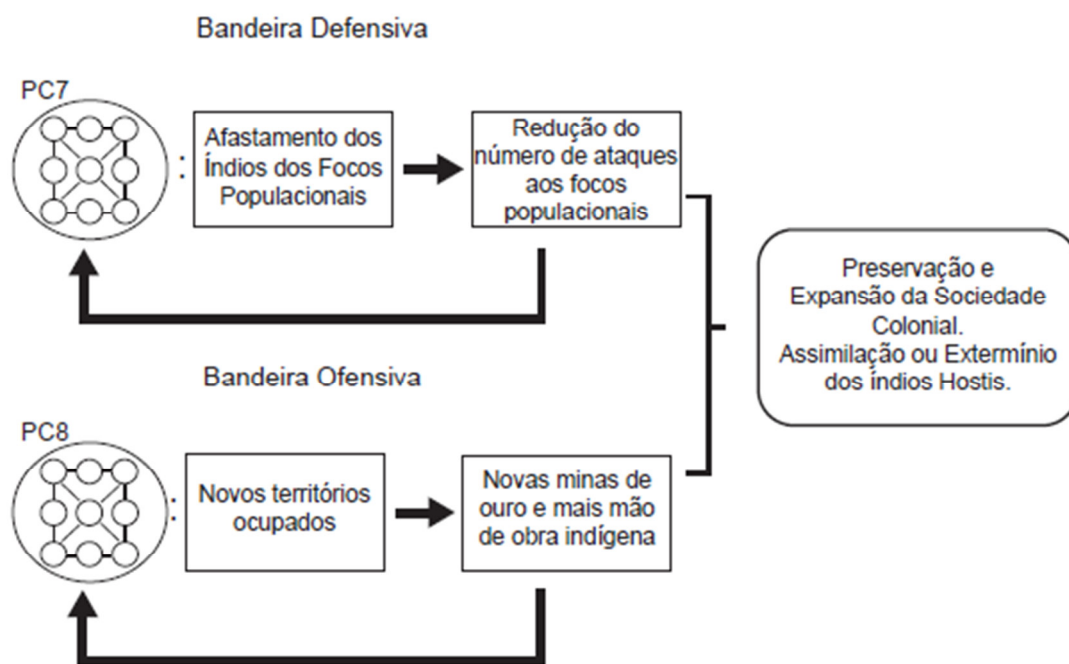


Figura 3. Práticas Culturais Bandeira de dois tipos. PC7 – Prática Cultural bandeiras defensivas que geravam o produto agregado afastamento dos índios e a consequência cultural redução do número de focos populacionais. PC8 – Bandeira Ofensiva com o produto agregado novos territórios ocupados e a consequência cultural novas minas e mão de obra. Em conjunto essas práticas culturais propiciaram a preservação e expansão da sociedade colonial e a assimilação ou extermínio dos índios hostis.

Ossami de Moura (2008) aponta que na segunda metade do Século XVII Portugal atravessou uma grande crise econômica, agravada pela baixa do açúcar no mercado internacional, produzido no Nordeste. A importação de escravos africanos, possibilitada pela reconquista de Angola, em 1648, forneceu mão-de-obra para os colonos. E, com a descoberta pelos bandeirantes de ouro nos sertões, as bandeiras ofensivas (PC8) priorizaram a busca por ouro e liberar regiões auríferas dos indígenas do que a captura de índios para obtenção de mão-de-obra, como característico da primeira metade do Século XVII. A exploração aurífera tem seu auge até 1751. A descoberta de ouro por Bartolomeu Bueno filho em 1725 levou a expansão da sociedade colonial até o território Goiano.

A Figura 4 representa uma mudança entre práticas culturais em que os primeiros aldeamentos (Século XVI-XVIII) foram substituídos por Aldeamentos Modelos (séc. XVIII). Ossami de Moura (2008) aponta que no Século XVI, os aldeamentos foram construídos próximos dos núcleos coloniais e das missões estendendo-se pelo litoral até o sul de São Paulo, visando a conversão dos índios. No Século XVII, a política indigenista de construção de aldeamentos é caracterizada pela expansão territorial, como a ocupação dos sertões nordestinos, da foz do Amazonas e também em regiões do sul. Este século também foi marcado pela separação da União Ibérica em 1640, que levaria os portugueses a recuperar sua autonomia e a buscar um controle mais rígido sobre as fronteiras entre suas colônias e a dos espanhóis. Este ano também foi o apogeu da escravidão indígena que culminou em conflitos generalizados em toda a colônia entre colonos e missionários, levando à expulsão dos Jesuítas de São Paulo, só lhes sendo permitido retornar 13 anos depois.

Os primeiros aldeamentos (Século XVI-XVIII) eram caracterizados pela presença jesuíta e controle que esses missionários possuíam sobre os indígenas. Uma vez que os segregavam dos colonos para melhor catequizá-los. Os missionários serviam como mediadores da mão de obra fornecida pelos índios que negociavam o trabalho indígena e exigiam que os índios fossem devolvidos aos aldeamentos, após o fim do contrato de trabalho estabelecido. Essas contingências comportamentais entrelaçadas que envolviam o comportamento de colonos, jesuítas e índios geravam como produto agregado aumento na mão de obra para as fazendas dos colonos, novos territórios e índios convertidos ao cristianismo. Em função desses produtos agregados, consequências culturais como aumento do lucro e da produtividade dos colonos e do Estado. Porém, nos primeiros aldeamentos eram comuns castigos corporais e maus-tratos. Esses eventos aversivos evocavam o comportamento dos índios de fugir dos

primeiros aldeamentos. Como efeito ambiental da fuga dos índios, levavam à queda gradual da produção e do lucro.

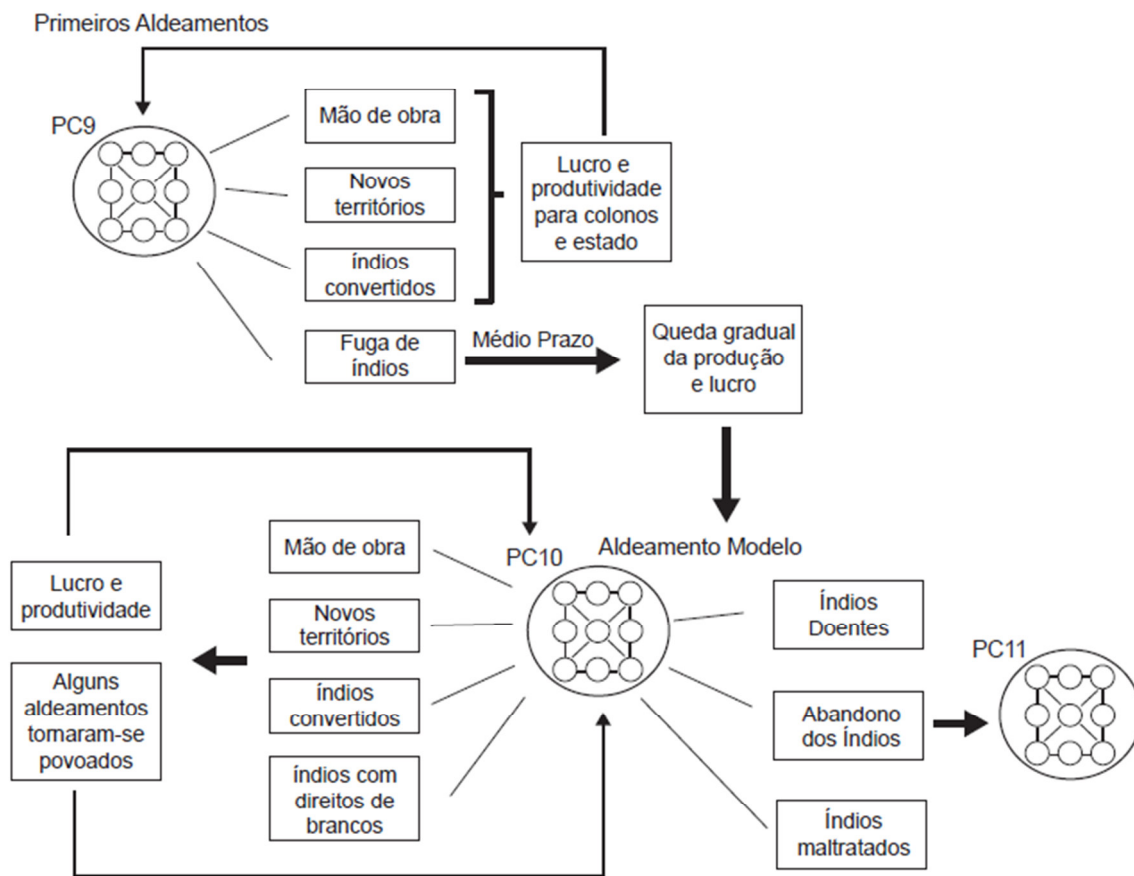


Figura 4. Representação de duas práticas culturais de aldeamento. PC9 – Prática Cultural dos primeiros aldeamentos nos quais os índios não eram integrados a sociedade colonial apenas convertidos e explorados. PC10 – Prática Cultural de Aldeamento Modelo nos quais os índios eram integrados a sociedade colonial podendo adquirir direitos similares ao do homem branco.

As fugas dos índios e seus efeitos ambientais propiciaram mudanças nas práticas culturais de aldeamentos. Uma das principais diferenças entre os primeiros aldeamentos e os aldeamentos modelos é que no segundo o poder era concentrado em governos militares e agentes do Estado Colonial. Leis passaram a permitir que os índios aldeados gozassem de direitos antes exclusivos ao homem branco. Para tanto era necessário que os índios atendessem várias exigências legais como será explicado mais abaixo. Assim,

a PC10 (prática cultural de aldeamento modelo) produzia o efeito ambiental de índios com direitos de homem branco, além dos efeitos ambientais idênticos a PC9.

Novamente as relações comportamentais presentes na PC10 apresentavam contingências aversivas para os índios. Nos aldeamentos modelos os índios produziam e partilhavam a produtividade com os colonos e coroa. Entretanto, os índios eram enganados ou obrigados mediante o uso da força a entregar sua parte na produção. Assim, os índios abandonavam o aldeamento (PC11) e voltavam para seu habitat natural. E, em consequência, os missionários continuaram a emitir a PC1a e PC3 – Descimentos - (Figura 1 e 3) até 1757. A manutenção da PC3 ocorreu apesar dos descimentos trazerem poucos índios, permitiam repovoar os aldeamentos.

Ossami de Moura (2008) aponta que a construção dos aldeamentos em Goiás se iniciou no Século XVIII e historicamente foi dividido em quatro distintas fases: A primeira fase (1741-1751), caracterizado pelo apogeu da mineração, a segunda fase (1774-1788), na era pombalina que coincidiu com o declínio da mineração, a terceira fase (1824), quando a economia se voltou para a agropecuária e comércio fluvial e a quarta fase (1841-1872), na expansão do comércio com o Pará através dos rios Araguaia e Tocantins.

A Construção do Aldeamento Pedro III ou Carretão, construído nas proximidades do Rio Carretão por volta de 1788 coincide com a política do Marquês de Pombal, cujo Diretório de Pombal regia normas por toda a Colônia e viria a ocasionar uma mudança de práticas culturais.

A Figura 5 ilustra a o início da política indigenista de Pombal, que inicia seu regime em 1750 e era voltada para a integração dos índios à sociedade colonial e fortalecimento do Estado Colonial português. Esse período foi caracterizado pelos

constantes conflitos entre missionários e colonos que se acirraram em 1750 com o Tratado de Madri. Este tratado estabeleceu fronteiras entre as colônias de Portugal e Espanha. Isso intensificou os conflitos entre a Coroa Portuguesa e a Igreja, uma vez que alguns aldeamentos dirigidos pelos jesuítas que eram prósperos foram obrigados a se deslocarem para novos territórios.

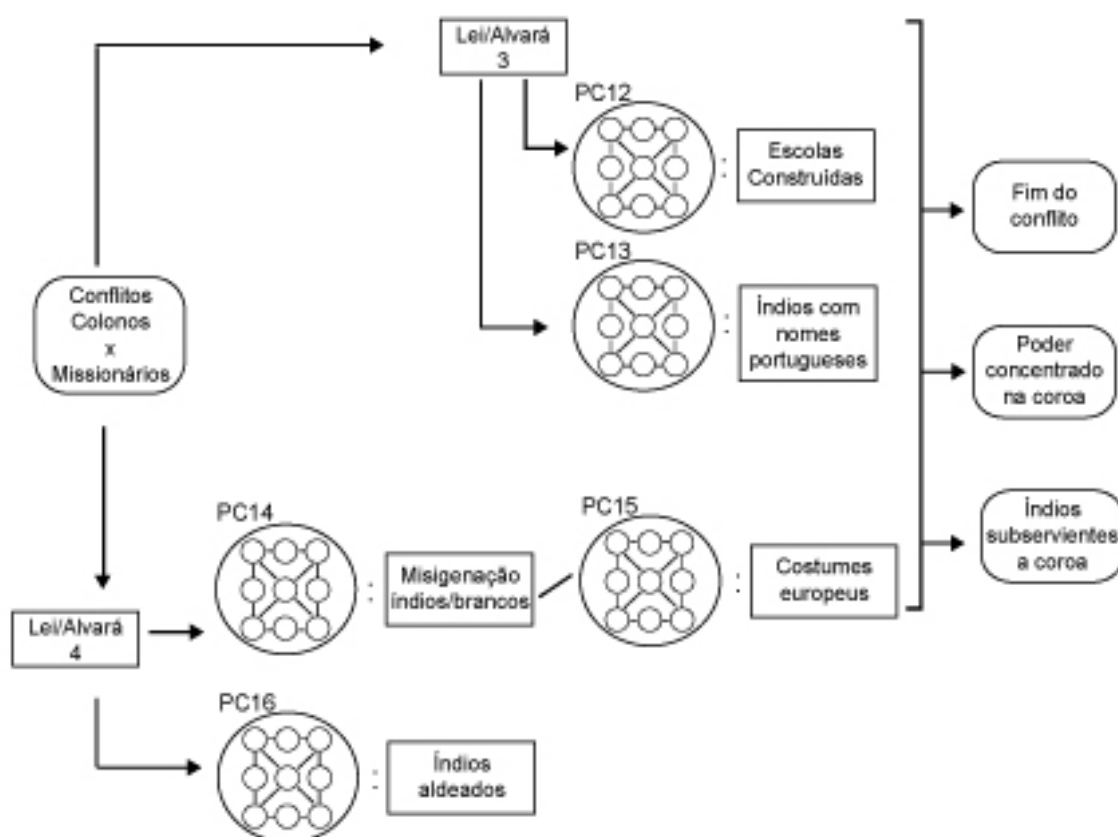


Figura 5. Representação da política indigenista de Marquês de Pombal composto por alvarás e leis. O Alvará 3 propiciou a PC12 – Prática Cultural de construir escolas nas quais os índios foram educados segundo tradição europeia, e a PC13 – Prática Cultural de nomear e batizar índios com nomes portugueses. O alvará 4 propiciou a PC14 – Prática Cultural de casar índios e outras etnias o que produziu a miscigenação. PC15 – Prática cultural de costumes europeus por índios como utilizar roupas, abolir a poligamia e tornar-se cristão. PC16 – Prática Cultural permanecer nos aldeamentos. Como consequência das PC13, PC14, PC15 e PC6, o poder foi concentrado na coroa portuguesa e os índios tornaram-se subservientes.

Ossami de Moura (2008) aponta que para Pombal, a segregação ocasionada pelo domínio dos jesuítas sobre os índios convertidos e sobre os aldeamentos não lhe era favorável, pois não o permitia formar uma unidade política na Colônia. Em 1750, a Coroa designou o Marquês de Pombal como seu primeiro-ministro visando o fortalecimento do Estado Colonial Português. O Marquês de Pombal criou uma nova política indigenista na qual estabeleceu diversas leis como o Alvará de 3 de Maio 1757, o Diretório de Pombal, propiciou a PC12 – construção de escolas em cada aldeamento. Assim, os índios seriam educados por missionários com práticas culturais portuguesas. O Alvará de 3 de Maio de 1757 especificava também que os índios aldeados utilizassem nomes portugueses (PC13) em substituição as seus nomes indígenas.

O Alvará de 4 de abril de 1755 tornava os índios livres e assegurava seus bens os deixando com status similares aos dos brancos. Esta lei permitiu casamentos mistos, a ocupação de cargos públicos (PC14) pelos índios, tendo como efeito a miscigenação devido à aproximação entre os Colonos e índios. A política de Pombal estabeleceu que casamentos mistos fossem uma estratégia de integração indígena na sociedade colonial, uma vez que os índios miscigenados aderiam mais facilmente às práticas dos brancos. Os índios, no entanto, deveriam utilizar roupas típicas da Europa, ser monógamos, falar a língua portuguesa e ser católicos. Como efeito ambiental dessas práticas culturais (PC15), ocorreu a mudança comportamental dos índios, que passaram adotar comportamentos recorrentes entre gerações de europeus. Além disso, os índios com direitos de brancos passaram a permanecer nos aldeamentos (PC16), o que teve como efeito ambiental índios aldeados. Em conjunto as PC13, PC14, PC15 e PC16 e seus produtos agregados geraram como consequências culturais o poder concentrado na coroa portuguesa e índios subservientes a coroa. Com o poder concentrado na coroa, os jesuítas da Companhia de Jesus foram expulsos do Brasil, em 1759, pelo Marquês de



Pombal e novas ordens religiosas foram responsabilizadas pela catequização dos indígenas.

### *O Aldeamento do Carretão*

O Carretão foi um aldeamento modelo construído entre 1774-1788, na era pombalina em que a agropecuária substituiu a decadente fase da mineração de ouro (PC10, Aldeamento Modelo, Figura 4). Neste período, nações indígenas como os Kayapó e os Xavante mantinham conflitos com os colonos em decorrência da ocupação de seus territórios, proporcionados pelas bandeiras (PC8, Bandeiras Ofensivas, Figura 3). Tais conflitos impediam o crescimento populacional e econômico de Goiás.

“A partir do governo de D. José de Almeida Vasconcelos (1772 – 1778), teve início a segunda fase dos aldeamentos oficiais goianos, depois de um período de quase duas décadas sem que fossem construídos aldeamentos. Na carta de D. José de Vasconcelos à coroa, podem-se perceber suas intenções em relação a política indigenista. Ele iniciou seu governo cuidando da pacificação e integração dos indígenas por meio da política de aldeamentos, conforme instruções do Diretório de Pombal. Sua política era clara: expansão populacional da Capitania, integrando os indígenas no processo civilizatório”. (Ossami de Moura, 2008, p. 84).

Na passagem acima é possível compreender como os novos aldeamentos estavam em conformidade com a política indigenista do Marquês de Pombal (Figura 5). A política pacificadora pombalina levou ao governador Tristão da Cunha Menezes a uma política de “pacificação” dos Xavante, que consistia na construção de um aldeamento para eles e formação de bandeiras para capturá-los (Bandeira Ofensiva, Figura 3), lideradas por Miguel de Arruda e Sá e depois de José Rodrigues Freire que inicialmente não tiveram sucesso. Miguel de Arruda e Sá volta a fazer uma nova expedição contra os Xavante, mas desta vez leva consigo os índios kayapó já aldeados,

que eram antigos inimigos tribais dos Xavante. Em um confronto, alguns Xavantes são capturados e levados a capital Vila Boa.

Conforme a política de “brandura e suavidade”, os prisioneiros foram bem recebidos pelo governador e um deles, Tristão da Cunha foi batizado com o nome do governador (PC13 – Figura 5) e recebeu deste, a garantia de que seu povo seria bem tratado no aldeamento. Diante da promessa do governador o Xavante Tristão da Cunha voltou ao seu povo e os convocou a todos à ocupação, configurando o aldeamento. Assim, os Xavante passaram a ocupar o aldeamento (PC10 – Figura 4) do Carretão. Entretanto, o aldeamento do Carretão pelos Xavante também ocorreu em função da coação dos índios Kayapó, que naquele momento já estavam aldeados em outro território, o Aldeamento Maria I.

Com o passar dos anos, o aldeamento entrou em decadência, pois os índios aldeados no Carretão sofreram com o regime interno que envolvia pesados trabalhos e abusos cometidos pelas autoridades, assim como a fome e doenças que dizimaram muitos indígenas (PC11, Figura 4). Os Xavante, diante do severo regime e pelas falsas promessas feitas retornaram para a vida nômade, com o afastamento progressivo dos focos populacionais, preservando assim suas práticas culturais indígenas como idiomas nativos, entre outras.

Os índios que permaneceram aldeados no carretão passaram a se comunicar via língua portuguesa, frequentar escolas, batizar seus descendentes com nomes portugueses (PC13, Figura 5), abolir a poligamia e outras práticas culturais (PC16, Aldeamento, Figura 5). Além disso, ocorreu a miscigenação, tanto do casamento entre índios e brancos, como casamentos entre índios de diferentes tribos (Xavante, Xerente, Javaé, karajá e Kayapó) ou de índios e negros (PC14 – Figura 5).

O aldeamento do Carretão sofreu com a dispersão de sua população que foi diminuindo gradualmente ao longo do tempo como mostra a Tabela 1. Em 1819 havia 227 habitantes. Relatos indicam que em 1831, 38 órfãos foram retirados do Carretão. Em 1824 havia 119 habitantes no Carretão. Porém, ocorreu um surto de sarampo que matou quase todos os habitantes. Índios que não haviam sido contaminados fugiram para o mato com medo da doença. Já em 1835, as autoridades abandonaram o Carretão. Em 1879 relatos indicam a presença de 78 índios, o que sinaliza que alguns índios regressaram após o surto de sarampo de 1824. Porém, em 1888 havia apenas 3 habitantes, sendo 1 homem e duas mulheres. Por fim, em 1930, ainda havia a presença de índios no Carretão como indica Ossami de Moura (2008) os índios devem ter retornado ao antigo Aldeamento Carretão, até a década de 1930. Neste período a área foi ocupada por fazendeiros, que os expulsaram para sua atual localização, dentro do mesmo território.

Tabela 1 – Declínio do Aldeamento Carretão no transcorrer dos anos, com a diminuição da população diante de diferentes eventos.

Ano	População	Evento
1819	227	
1831		38 crianças são retiradas do Carretão sendo 13 destinadas a diversos ofícios e 25 entregues aos habitantes da província.
1824	119	Surto de sarampo que matou quase todos índios. Os que não contraíram a doença fugiram para a mata.
1835		Autoridades abandonam o carretão
1849	78	
1888	3	1 homem e duas mulheres
1930		Índios permanecem até a invasão de fazendeiros

Os habitantes do Carretão passaram a emitir comportamentos recorrentes entre gerações que se distinguem das práticas culturais tipicamente indígenas. Como é demonstrado na Figura 6 que representa mudanças nas práticas culturais indígenas PC17, PC19 e PC20, as quais foram substituídas por PC18, PC20 e PC22. A PC17 ilustra a prática cultural que constitui as línguas nativas indígenas que constituíam comunidades verbais indígenas. As leis de Pombal, o regime dos aldeamentos, a catequese dos jesuítas proporcionou a substituição da PC17 por PC18, como apresentado na Figura 6. A PC19 representa a prática cultural da noção de ancestralidade. Para os indígenas que vivem em seu habitat natural, a noção de ancestralidade é de pertencimento a tribo. Após o aldeamento, os Tapuios se consideram descendentes às duas mulheres fundadoras do grupo com suas respectivas linhagens, Maria Raimunda (Xavante/Javaé) e Maria do Rosário (Kayapó). Ossami de Moura (2008) sugere que simbolicamente, os Tapuios apresentam essa filiação unilinear com as fundadoras o que mostra a possibilidade, ainda que simbolicamente, de uma linhagem matrilinear (PC20).

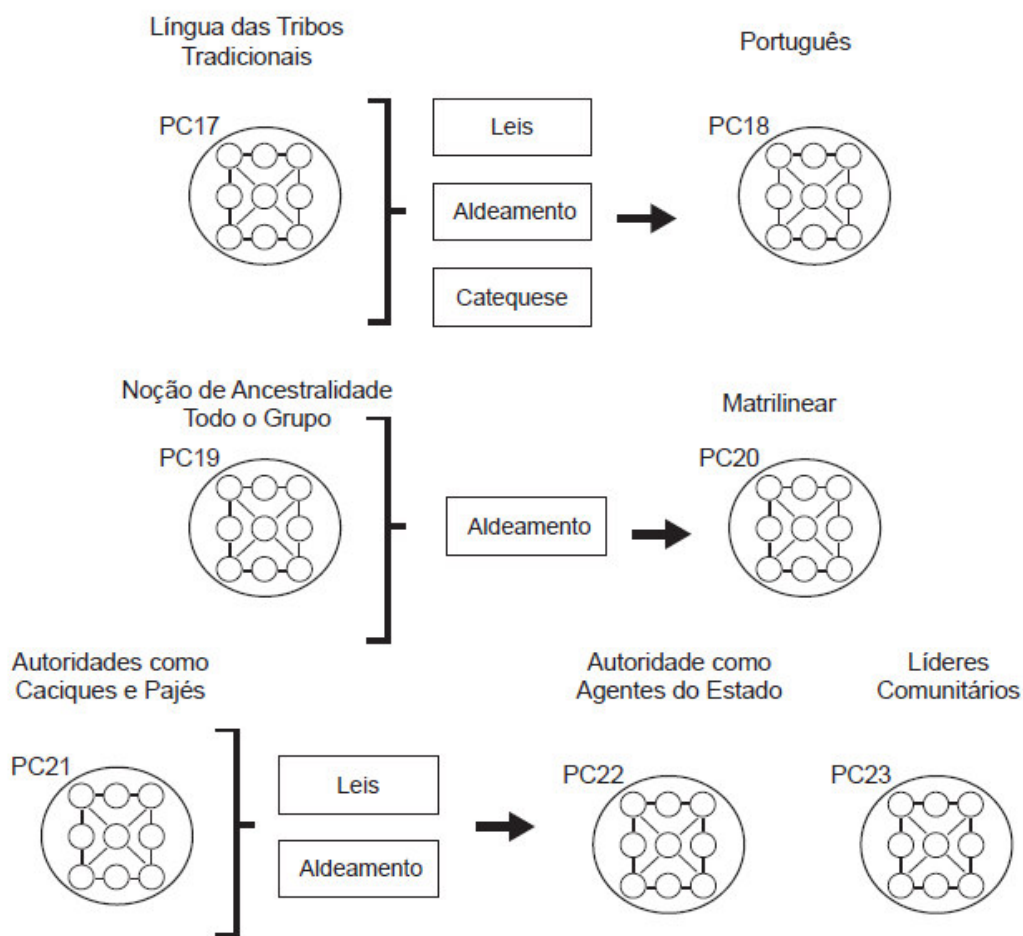


Figura 6. Representação da mudança comportamental dos índios. PC17 – Prática Cultural de comunicação com línguas tradicionais indígenas foi substituída pela PC18 – Prática Cultural falar português. A PC19 – Prática Cultural noção de ancestralidade a toda a comunidade foi abandonada e adotou-se a PC20 – Prática Cultural noção de ancestralidade. A PC21 – Prática Cultural autoridades como caciques e pajés foram substituídas por PC22 – Prática Cultural ter como autoridades agentes do Estado e PC23 – Prática Cultural líderes comunitários.

A PC21 representa a prática cultural de índios tradicionais ao terem como líderes, caciques e pajés, os quais foram substituídos pelas autoridades estatais. Os pajés eram considerados feiticeiros pagãos e, portanto, precisavam ser substituídos por lideranças condizentes com o projeto colonial. Mediante o regime dos aldeamentos e leis que rejeitavam a ideia dos índios de se autogovernarem, proporcionou a emergência da PC22 em que as lideranças indígenas eram desfavorecidas mediante os agentes do

estado. A PC23 representa a prática cultural da emergência de líderes comunitários, como no caso de Simão Borges cuja liderança foi significativa na mobilização da comunidade e defesa do território Tapuio.

Apesar da mudança de práticas culturais, a comunidade tapuia atual é descendente dos indivíduos que permaneceram no território do aldeamento. Ossami de Moura (2008) destaca que mesmo quando se iniciaram as invasões indígenas, estes resistiram e permaneceram na região do antigo aldeamento.

## DISCUSSÃO

Este trabalho permitiu compreender os processos e variáveis determinantes dos processos de evolução cultural envolvidos na história dos Tapuios do Carretão. A análise funcional dos eventos por meio do conceito de metacontingência e macrocontingência se mostrou útil para análise da etnogênese dos Tapuios do Carretão. A Figura 1 apresenta as mudanças de práticas culturais que ocorreram no séc. XVI. É possível observar duas práticas culturais: PC1a – colonos escravizarem índios e a PC1b – índios atacarem colonos que invadiam suas terras. Como efeito cumulativo ocorria à dificuldade de expansão da sociedade colonial.

Assim, os colonos não conseguiam expandir seus territórios. Além disso, os jesuítas não conseguiam converter os índios pagãos para a religião cristã, uma vez que não tinham acesso ao território dos indígenas ou eram agredidos pelos nativos. A relação entre as PC1a e PC1b e seu efeito cumulativo podem ser caracterizadas como macrocontingências, já que os comportamentos dos envolvidos produziram um efeito comum no ambiente que não retroagiu alternando a frequência dos comportamentos envolvidos (Glenn, 2004).

O efeito cumulativo produzido na macrocontingência não retroagiu sobre os comportamentos que o produzida, porém foi importante para produzir uma mudança cultural. Membros da Igreja Católica e membros da Coroa Portuguesa estabeleceram uma nova política indigenista pacifista já que havia a dificuldade de expansão do território colonial. O acordo estabelecido produziu mudança nas práticas culturais como o estabelecimento das PC2a – escravizar negros e PC2b aldear índios. A PC2a diminuiu a necessidade mão de obra, enquanto a PC2b permitiu aos jesuítas catequizar índios.

Como apontado por Malott e Glenn (2004) o efeito cumulativo pode atuar como ocasião para uma mudança em práticas culturais.

A atuação de um efeito cumulativo como ocasião para mudanças culturais também foi observado por Lé Sénéchal-Machado e Todorov (2008). Naquele estudo foi observado que o alto índice de atropelamentos era o efeito cumulativo que ocasionou a mudança cultural. Naquele caso, diferentes agentes participantes do Fórum Permanente pela Paz no Trânsito decidiram produzir intervenções no comportamento de motoristas e pedestres em função do efeito cumulativo observado.

Ainda na Figura 1 é possível observar que as PC2a e PC2b geraram um produto agregado caracterizado como índios domesticados, em função desse produto agregado a consequência cultural expansão do território colonial foi liberada. Essa consequência cultural retroagiu sobre as CCEs (envolvidas na PC2a e PC2b) e seus produtos agregados selecionando essas práticas. Nesse sentido, é possível afirmar que havia uma metacontingência. As PC2a e PC2b e seus produto agregado – índios domesticados – constituem o culturante que foi fortalecido – isto é, continuou a recorrer – em função das consequência cultural, expansão do território. Portanto, o conceito de metacontingência como um procedimento de análise descrito por Vichi, Andery e Glenn (2009) mostrou-se útil para compreender o porquê as PC2a e PC2b continuara a ocorrer.

As Figuras 2 e 3 descrevem as práticas culturais de bandeiras. As bandeiras são mudanças culturais que ocorrerão em função das práticas de descimento (PC3) na qual jesuítas se deslocavam até os territórios indígenas e tentavam convencer os índios a se mudarem para territórios colonizados. A PC3 teve como efeito cumulativo poucos índios para as fazendas. Já as catequeses itinerantes eram tentativas de estabelecer a conversão de índios em seus próprios territórios. A itinerância ocorria, pois os índios



eram seminômades. O efeito cumulativo das PC4 era caracterizado por poucos índios convertidos. Novamente, as macrocontingências (envolvendo PC3 e PC4) tiveram efeitos cumulativos que serviram de ocasião para mudança cultural das bandeiras. Como pode ser visto na Figura 3, as bandeiras podem ser analisadas por meio de metacontingências. As PC7 e PC8 eram bandeiras que tiveram consequências culturais que retroagiram selecionando tais práticas.

Novamente, é possível observar metacontingências, como os aldeamentos (PC9, Figura 4). Nos primeiros aldeamentos os índios foram catequisados. Essa conversão é apontada por Ossami de Moura (2008) como um fator importante que permitiu aos colonos usarem a mão de obra indígena. Já que na conversão os índios passavam a se comportar em função de regras religiosas como a necessidade do labor como oferta a Deus e por consequências sociais disponibilizadas pelos jesuítas como elogios promessa de acesso ao “paraíso”. Porém, os trabalhos forçados aliados a punições como castigos e estimulações dolorosas que os colonos aplicavam sobre os índios produzia um PA como fuga do aldeamento. Assim, os culturantes produziam simultaneamente consequências culturais imediatas como o lucro e produtividade por um lado. Por outro lado, culturantes que geravam o produto agregado fuga, produziam a médio prazo a queda gradual da produção e lucro.

Essa metacontingência envolvida na PC9 serviu de ocasião para a mudança cultural que culminou no estabelecimento da PC10, o aldeamento modelo. Os aldeamentos modelos diferiam dos primeiros aldeamentos (PC9) principalmente em dois pontos. O primeiro é que nos aldeamentos modelo os índios ao trabalharem para os colonos recebiam parte da produção que geravam, enquanto nos primeiros aldeamentos não havia nenhuma contrapartida para o trabalho dos índios. O segundo é que nos aldeamentos modelo os índios que se atendessem a algumas exigências (adotar nome

português, casar se com brancos) passavam a ter direitos similares ao dos colonos, como posse da terra, herança, etc. Os produtos agregados de PC10 como índios com direito similares a brancos, posse de parte da produção tiveram como consequências culturais o lucro e produtividade dos aldeamentos, além da permanência de alguns índios, o que permitiu que algumas das aldeias se tornassem vilas e povoados (e.g., Cidade de Mossâmedes). Novamente, foi possível observar uma metacontingência, o que permite compreender porquê os aldeamentos modelos tornaram-se mais comuns do que os primeiros aldeamentos.

A Figura 5 e 6 permitem compreender sob a perspectiva analítico-comportamental o processo de mudança de comportamentos que ocorre pela seleção por consequências dos indígenas aldeados. Na Figura 5 é possível observar que a política indigenista do Marquês de Pombal estabeleceu por meio de alvarás. Em função dos alvarás as PC12, PC13, PC14 foram estabelecidas. A PC12 gerou o PA escolas construídas. Nessas escolas os filhos dos indígenas foram educados em português e aprendiam padrões de comportamento europeus. A PC13 gerou o PA índios com nomes portugueses. A PC14 caracterizada pelo casamento de índios com negros e brancos gerou o PA descendentes miscigenados. A miscigenação produziu a PC15 na qual índios e descendentes adotavam costumes europeus como utilizar roupas e adesão ao cristianismo. A PC16 é caracterizada pelos índios que permaneciam nos aldeamentos em decorrência dos direitos similares aos dos brancos. Dado os PA das práticas culturais descritas, consequências culturais foram produzidas. Essas consequências culturais envolviam o fim do conflito entre indígenas e colonos, a concentração do poder na Coroa portuguesa e índios subservientes à Coroa. Tais consequências selecionaram as práticas culturais proporcionando sua continuidade.

Os índios aldeados foram submetidos às contingências e metacontingências da sociedade regional que os englobavam e viriam a adquiriram repertório comportamental e práticas culturais (ganhados, aprendidos) em decorrência do ambiente que foram inseridos (aldeias) por causa das contingências de reforçamento e conseqüentemente mantidos. A Figura 6 descreve como os idiomas nativos foram antecedentes para leis que proibiam os idiomas nativos, para a catequese e pela gestão do aldeamento. A mudança de comportamentos ocorreu na medida em que os comportamentos verbais dos nativos deixaram de ser reforçados em detrimento do Português (PC18).

A Figura 6 apresenta como a miscigenação conduziu a mudança de práticas culturais. Na PC19 observa-se que a prática cultural de noção de descendência patrilinear como pertencente ao grupo foi abandonada e, os indígenas passaram a adotar a PC20 de que a descendência simbólica matrilinear, isto é, a o individuo pertence a etnia de uma das fundadoras ou ambas, do grupo. A PC21 descreve a prática cultural de líderes indígenas como caciques e pajés que foi abandonada em função da PC22, autoridades como militares e agentes do estado.

Como observado, havia conseqüências individuais e culturais para a adoção dessas novas práticas. Portanto, o abandono a tais práticas culturais e adoção das novas práticas é fruto de um processo de seleção por conseqüências. A etnogênese dos Tapuios do Carretão permite compreender como os descendentes dos índios que inicialmente habitaram aquele aldeamento abandonaram práticas culturais indígenas e adotaram novas práticas culturais.

Os Tapuios, por estarem inseridos em um ambiente social que selecionou seus comportamentos e práticas atuais, passaram a adotar novos comportamentos em decorrência do ambiente social que se viam inseridos. Ossami de Moura (2008) aponta

que na memória vertical dos índios Tapuios, os seus membros da “família dos antigos”, e alguns indivíduos da “família dos velhos” (e.g., José de Aguiar) falavam a “língua dos antigos” ou língua Xavante no qual os Tapuios atuais não mais falam em decorrência da seleção por consequências.

O aldeamento do Carretão foi um aldeamento modelo (Figura 4, PC10) em que os culturantes que produziam a PA de fuga dos índios, resultou no declínio do aldeamento. Esta dispersão populacional ocorreu em parte em decorrência do abandono dos índios (PC11) e de doenças como o surto de sarampo em 1824 (Tabela 1).

Apesar do declínio populacional, em que chegou ao número de três indivíduos, a comunidade tapuia volta a crescer e a partir da década de 1930 (Tabela 1). Os Tapuios apresentam a PC20 (Figura 6), a noção de descendência uma vez que traçam sua linhagem a uma das duas “fundadoras”, (Maria do Rosário e Maria Raimunda), que permaneceram no território da comunidade apesar das adversidades, e ambas casaram com negros. Ossami de Moura (2008), aponta que os Tapuios surgem pela miscigenação que ocorreu no aldeamento entre as distintas etnias indígenas (Xavante, Kayapó, Javaé, etc) assim como brancos e negros.

A etnogênese dos Tapuios do Carretão, isto é, a emergência da etnia tapuia ocorreu em decorrência de políticas indigenistas (Figura 1, Figura 4, Figura 5) que proporcionou o surgimento de um grupo étnico caracterizado por sua diversidade intra-étnica em decorrência da miscigenação e práticas culturais que mantinham consequências individuais e culturais, que permitiram a sobrevivência e perpetuação da comunidade. Ossami de Moura (2008) aponta que os Tapuios são reconhecidos como índios por estes se afirmarem como tal, compartilharem de crenças e ascendência comuns, possuírem uma ligação histórica com seus remotos descendentes do

aldeamento (que permitiu reconhecimento oficial da Funai) e também por historicamente serem reconhecidos pelos regionais e nacionais como mestiços, “tapuios”.

Este trabalho analisou mudanças culturais que são tipicamente estudadas pela antropologia embora estudos que analisam a seleção e evolução de práticas culturais não sejam novos na Análise Comportamental da Cultura (e.g., Bortoloti & D’Agostino, 2007). Este trabalho possibilita um diálogo entre as duas ciências (Antropologia e Análise do Comportamento) para estudos de fenômenos sociais na medida em que recorreu a um estudo antropológico como fonte de dados.

A principal limitação deste trabalho está no método utilizado em relação ao objeto de estudo, que, para analisar a etnogênese dos Tapuios do Carretão, foi necessário recorrer à análise e interpretação de dados bibliográficos. Na interpretação não se pode ter precisão dos efeitos de distintas variáveis sobre o fenômeno estudado. (Sampaio, 2008). Os dados coletados também abrangem um extenso período de tempo em que a ação de múltiplas variáveis econômicas e políticas que se relacionam umas com as outras podem ter sido determinantes para os fenômenos estudados.

A prática cultural de realizar os aldeamentos (Figura 4) transformou-se desde o século XVI em que surgiu e que conforme aponta Ossami de Moura (2008), os eventos que antecederam essa prática foram distintos em Goiás, em que a autora utilizou uma distinção em quatro períodos históricos que ocorrem entre os séculos XVIII e XIX no qual diferentes variáveis econômicas (ciclo do ouro, decadência da mineração, expansão agropecuária e comércio fluvial) e políticas (como a era Pombalina, as cartas Régia do Brasil Império, a proclamação da República) proporcionaram transformações e a recorrência desse entrelaçamento.

Este estudo pode contribuir para novas investigações, que conforme Ossami de Moura (2008) aponta, com a redução do território indígena, em média a produção alimentar dos Tapuios caiu, sendo voltada para subsistência em que cada família produz em média 25 litros de arroz e 30 litros de feijão e quando se tem espaço 20 litros de milho. Mesmo a partir de 1987 com a intervenção da FUNAI, que cedeu insumos e tratores para aração da terra os tapuios não produzem excedentes agrícolas para ser comercializados. Uma possibilidade para futuros estudos seria investigar as transformações que ocorreram na comunidade e nos comportamentos alimentares dos Tapuios, desde a redução territorial com os efeitos da intervenção da FUNAI.

## REFERÊNCIAS

- Andery, M. A. P. A. (2011). Comportamento e cultura na perspectiva da análise do comportamento. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 2, 203–217.
- Andery, M. A. P. A., Micheletto, N., & Sérgio, T. M. de A. (2005). A análise de fenômenos sociais: esboçando uma proposta para a identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências. *Revista Brasileira de Análise Do Comportamento*, 1, 149–164.
- Baia, F. H., Azevedo, F. F., Segantini, S. M., & Macedo. (2015). Efeitos de diferentes magnitudes de consequências individuais e culturais sobre culturantes. *Acta*, 23(3), 257–272.
- Bortoloti, R. & D'Agostino, R. G. (2007). Ações pelo controle reprodutivo e posse responsável de animais domésticos interpretadas à luz do conceito de metacontingência. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, v. 3, n. 1, p. 17-28.

- Caldas, R. A. (2013). *Unidades de Seleção em Três Níveis de Análise : diferenças entre unidades comportamentais e culturais Unidades de Seleção em Três Níveis de Análise : diferenças entre unidades comportamentais e culturais*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Carolina, A., Franceschini, T., Samelo, M. J., & Xavier, R. N. (2012). Effects of consequences on patterns of interlocked contingencies; A replication of a metacontingency experiment, 87–95.
- Cavalcanti, D. E., Leite, F. L., & Tourinho, E. Z. (2014). Seleção de práticas culturais complexas: avaliação experimental de um análogo do procedimento de aproximação sucessiva. *Psicologia E Saber Social*, 3(1), 2–21.
- Cerqueira, Á. B. F. (2011). A memória coletiva tapuia na retomada do território: os limites da terra indígena e suas implicações. *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH-Associação Nacional de História*. São Paulo, SP, Brasil.
- Costa, D., Pontes, C. De, & Nogueira, V. (2012). Effects of communication and cultural consequences on choices combinations in INPDG with four participants. *Revista Latinoamericana de Psicologia*, 44(1), 121–131.
- Glenn, S. S. (2003). Operant contingencies and the origin of cultures. In K. A. Lattal & P. N. Chase (Eds.), *Behavior theory and philosophy* (pp. 223 – 242). New York: Kluwer Academic / Plenum Publishers.
- Glenn, S. S. (2004). Individual Behavior, culture, and social change. *The Behavior Analyst*, 2(2), 133–151.
- Glenn, S. S., & Malott, M. E. (2004). Complexity and Selection: Implications for organizational change. *Behavior and Social Issues*, 13, 89–106.
- Guerin, B. (2001). Individuals as social relationships: 18 ways that acting alone can be thought of as social behavior. *Review of General Psychology*, 5(4), 406–428. doi:10.1037/1089-2680.5.4.406
- Landrine, H., & Klonoff, E. a. (2004). Culture change and ethnic-minority health behavior: An operant theory of acculturation. *Journal of Behavioral Medicine*, 27(6), 527–555. doi:10.1007/s10865-004-0002-0
- Martins, A. L. A. (2009). *O Sistema Único de Saúde: contingências e metacontingências nas leis orgânicas da saúde*. Dissertação de Mestrado em Ciências Comportamentais. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Oliveira, J. P. & Freire, C. A. R. (2006). *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília, SECAD/MEC e UNESCO, 2006. 264 pgs
- Ossami de Moura, M. C. (2006). Aldeamento Carretão:"marco zero" da história das relações interétnicas dos Tapuios. *Revista de História (UFES)* , v. 18, p. 28-48,

- Ossami de Moura, M. C. (2008a). *Os Tapuios do Carretão: Etnogênese de um Grupo Indígena do Brasil Central*. Goiânia: Editora da UCG, 2008.
- Ossami de Moura, M. C. (2008b). Etnogênese de un grupo indígena del Brasil central. *Memoria Americana*, v. 16, p. 41-62.
- Ossami de Moura, M. C. (2012). Disponibilidade de acesso de alimentos na Terra Indígena Carretão. *Cadernos de Pesquisa*, v. 19, p. 36-50.
- Pierce, W. D. (1991). Culture and society: the role of behavioral analysis. In P. A. Lamal (Ed.), *Behavioral Analysis of societies and cultural practices* (pp. 13–34). New York: Hemisphere Publishing Corporation.
- Saconatto, A. T., & Andery, M. A. P. A. (2013). Seleção por Metacontingências : Um Análogo Experimental de Reforçamento Negativo. *Interação Em Psicologia*, (2010), 1–10.
- Sampaio, A. A. S., & Andery, M. A. P. A. (2010). Comportamento Social, produção agregada e prática cultural : uma análise comportamental de fenômenos sociais. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 26, 183–192.
- Sampaio, A. A. S., Araújo, L. A., Gonçalo, M. E., Ferraz, J. C., Alves Filho, A. P., Brito, I. S., ... Calado, J. I. F. (2013). Exploring the role of verbal behavior in a new experimental task for the study of metacontingencies. *Behavior and Social Issues*, 22, 87–101. doi:10.5210/bsi.v.22i0.4180
- Sénéchal-Machado, V. L., & Todorov, J. C. (2008). A travessia na faixa de pedestre em Brasília (DF/Brasil): exemplo de uma intervenção cultural. *Revista Brasileira de Análise Do Comportamento*, 4(2), 191–204.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and Human Behavior*. Free Press.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science (New York, N.Y.)*, 213(4507), 501–4. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/7244649>
- Soares, P. F. R., Cabral, P. A. A., Leite, F. L., & Tourinho, E. Z. (2012). Efeitos de consequências culturais sobre a seleção e manutenção de duas práticas culturais alternadas. *Revista Brasileira de Análise Do Comportamento*, 8, 37–46.
- Todorov, J. C. (1985). O conceito de contingência tripece na análise do comportamento. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 1, 140–146.
- Todorov, J. C. (2012). Metacontingências e a análise comportamental de práticas culturais. *Clínica & Cultura*, 1(1), 36–45.
- Todorov, J.C.; Moreira, M.; Prudêncio, M.R.A. & Pereira, G.C.C. (2004). O Estatuto da Criança e do Adolescente como metacontingência. Em Todorov, J. C., Martone, R. C., & Moreira, M. B. (2005). *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade*. Santo André, SP: ESETEC.



- Vichi, C., Glenn, S. S., & Andery, M. A. P. A. (2009). A metacontingency experiment: effects of contingent consequences on patterns of interlocking contingencies of reinforcement. *Behavior and Social Issues, 18*, 41–57.
- Vichi, C., & Tourinho, E. Z. (2011). Consequências culturais x consequências comportamentais na literatura experimental de pequenos grupos. *Acta Comportamentalia, 20*, 201–215.

## GLOSSÁRIO

### Aldeamentos

“Os aldeamentos se desenvolveram na gestão do terceiro governador-geral, Mem de Sá, em 1557. Eles eram uma extensão da política de colonização portuguesa, nos quais se formavam os soldados de Cristo e do Império português. Constituíam “máquinas de transfiguração social” dos indígenas, visando á sedentarização e um ritmo de trabalho disciplinado, com base na agricultura.” (p.64).

“Os índios aldeados ou domesticados foram obrigados a trabalhar para abastecer de comida e roupa não só o aldeamento – ou seja, a eles próprios e aos missionários – como também os colonos e as expedições da Coroa. Dependendo da região, os índios eram obrigados a trabalhar, nas roças e nos engenhos dos colonos, de remeiros, ferreiros, vaqueiros, oleiros etc. Eram ainda utilizados pelos colonos nos

combates contra outros grupos indígenas hostis, os quais também seriam escravizados” (p.60).

## As Bandeiras

“As bandeiras foram, inicialmente, um empreendimento de caráter particular, que surgiram não só da necessidade de se descobrir ouro e pedras preciosas, mas do propósito de se obter mão-de-obra escrava para as fazendas e os engenhos, sobretudo da região de Piritinga (SP), onde se iniciou esse movimento.” (p.67)

“Na segunda metade do século XVI, as bandeiras tinham caráter defensivo, isto é, procuravam prevenir-se contra os constantes ataques dos índios da região. Entretanto, à medida que foi escasseando a mão-de-obra usada nas plantações, as bandeiras passaram a agir de forma totalmente ofensiva, a se organizarem para o aprisionamento dos indígenas, utilizando métodos mais violentos. Situação que prolongou pelos séculos XVII e XVIII.(...)” “Os bandeirantes foram desenvolvendo técnicas de luta e de guerra, bem como instruindo e adestrando os jovens para os confrontos com os indígenas. Logo adquiriram um caráter verdadeiramente militar, tanto no que se referia à organização como à distribuição de poder” (p.67).

## Contingências Comportamentais Entrelaçadas (CCEs)

Skinner (1953) define como contingências comportamentais entrelaçadas (CCEs), cujo termo enfatiza a inter-relação entre as contingências tríplexes de pelo menos dois indivíduos, sendo as consequências individuais mediadas por respostas de outros organismos, que exercem a dupla função de antecedente e consequente.

## Contingência tríplex

A contingência tríplex é uma ferramenta conceitual que descreve a inter-relação entre (1) eventos ambientais antecedentes; (2) respostas e (3) eventos ambientais consequentes (Todorov, 1985).

## Descimentos

“Para compensar o despovoamento dos aldeamentos - devido à morte ou fuga dos indígenas -, os missionários passaram a adotar o sistema de "entradas" ou "descimentos", com o objetivo de capturar novos índios para aldear.” (p.62).

“O objetivo dos descimentos era deslocar grupos indígenas de seu habitat tradicional para outros locais predeterminados pela administração portuguesa ou para fazendas e os engenhos dos colonos. o contato deveria ser pacífico, usando-se a persuasão e a brandura a fim de convencer os indígenas da necessidade de morarem próximo às vilas coloniais, para ganharem proteção oficial.” (p.63).

## Efeito Cumulativo

O efeito cumulativo é uma mudança ambiental causada pela emissão de comportamentos e que não faz parte da seleção operante.

## Etnogênese

Etnogênese é o processo de construção histórica em que emerge uma etnia a partir de cruzamentos interétnicos, que originam novas categorias sociais.

## Macrocontingência

Uma macrocontingência descreve situações nas quais o comportamento de vários indivíduos produz um efeito cumulativo (uma mudança ambiental) no ambiente. Em uma macrocontingência duas características são importantes, (1) os comportamentos envolvidos não estão entrelaçados e (2) o efeito cumulativo não retroage sobre os comportamentos (Malott & Glenn, 2004).

## Metacontingência

A metacontingência é uma ferramenta conceitual que descreve a relação entre culturantes (CCEs e seus produtos agregados) que caso atendam um critério ambiental produzirão liberação de consequências culturais (Vichi, Glenn, & Andery, 2009). Neste sentido, metacontingência é um procedimento no qual se programa relações condicionais entre culturantes e consequências culturais (Todorov, 2012).

## Prática Cultural

Práticas culturais envolvem os comportamentos operantes socialmente aprendidos recorrentes entre diferentes gerações de indivíduos (Glenn, 2003).

## Produto Agregado (P.A)

O produto agregado é o resultado da coordenação de respostas de vários indivíduos e somente é possível em função das CCEs (Vichi & Tourinho, 2011). Isto é, o produto agregado não pode ser gerado como (1) um efeito cumulativo de respostas de um único organismo e (2) como produto do comportamento de diversos indivíduos sem que haja CCEs.

## Guerras Justas

“A regulamentação das "guerras justas" era baseada no fato de os índios rejeitarem a religião católica, e no impedimento da "doutrina dos Santos Evangelhos"; na hostilidade contumaz aos portugueses e seus aliados (índios pacificados); e na prática da antropofagia. Desse modo, os colonos conseguiam um pretexto para a captura de escravos indígenas.” (p.65).

## Política Indigenista de aldeamentos

“Essa tentativa de uma pré-catequese, priorizando a substituição dos costumes indígenas pelos dos europeus, só foi consolidar em 1557, com a chegada do terceiro governador geral, Mem de Sá, de quem os jesuítas receberam grande apoio para a concentração dos indígenas nos chamados aldeamentos.” (p.57).

“A pré-catequese do padre Manuel da Nóbrega se resumia, segundo Palacin, nos seguintes pontos: interdição da antropofagia e da guerra sem o consentimento do Governador; interdição da poligamia; obrigação do uso de roupas, sobretudo quando já cristianizados; exterminação dos feiticeiros (pajés); imposição ocidental de um "espírito de justiça" entre os indígenas e os cristãos; pacificação, domesticação dos indígenas e repartição das terras.” (p.57).

## Política Indigenista de Pombal (1750)

“Pombal assumiu com rigor a tarefa política de minar o trabalho missionário dos jesuítas, consolidar a ocupação do território brasileiro, acabar com a desagregação, viabilizando a integração de todos os habitantes da colônia, para formar, assim, a unidade política e cultural do Brasil Colônia.” (p.80).

“Havia outras medidas impostas pelo Diretório de Pombal visando à "civilização" dos indígenas: a implantação, em cada aldeia, de uma escola (§ 7); a imposição de um sobrenome português - "terão daqui por diante todos os Índios sobrenomes, havendo grande cuidado nos Diretores, em lhes introduzir os mesmos Appellidos que os das Família de Portugal." (§ 11); o uso de roupas e a habitação unifamiliar (§ 12 e 15); a sedentarização e produção dos excedentes agrícolas para abastecimento dos colonos e das tropas militares (§ 17, 22 e 25).” (p.82)

## Tapuios do Carretão (GO)

“Os tapuios - um dos grandes grupos indígenas que restam no Estado de Goiás, após o desmembramento, em 1988, do Estado do Tocantins - vivem em uma única reserva chamada Área Indígena Carretão, também conhecida regionalmente como "Fazenda dos Tapuios", situada entre a Serra Dourada (ou do Tombador) e o Rio São patrício (ou Carretão), nos municípios de Rubiataba e Nova América. A área indígena é composta de duas glebas não contínuas: a Gleba 1, subdividindo-se em Gleba 1-A, localizada no município de Nova América, e a Gleba 1-B, localizada no município de Rubiataba, totalizando 1.666 hectares; e a Gleba 2, localizada também no município de Nova América, com uma área de 77 hectares. As duas glebas têm total de 1.743 hectares.” (p.29)